



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE ABRIL DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Fernando Santos Pereira
Artur Jorge da Silva Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa de requerimentos e de respostas a alguns outros, dos projectos de lei n.^{os} 24 e 25/X, do projecto de revisão constitucional n.^º 1/X e dos projectos de resolução n.^{os} 14 e 15/X.

Foram lidas as actas da eleição dos representantes da Assembleia da República para o Conselho Superior de Defesa Nacional e para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, tendo sido proclamados eleitos para o Conselho Superior de Defesa Nacional os Srs. Deputados Marques Júnior e Correia de Jesus e para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos os Srs. Deputados Osvaldo Castro e Luís Montenegro, como membros efectivos, e Ana Catarina Mendonça e Fernando Santos Pereira, como membros suplentes.

Em declaração política, o Sr. Deputado Agostinho Lopes (PCP) trouxe à colação a crise por que passa o sector têxtil e do vestuário, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Miguel Laranjeiro (PS) e Emídio Guerreiro (PSD).

Também em declaração política, o Sr. Deputado Miguel

Macedo (PSD) falou do XXVII Congresso Nacional do seu partido e da eleição dos novos órgãos eleitos. Depois, deu resposta a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados José Junqueiro (PS), António Filipe (PCP), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Luís Fazenda (BE).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes (Os Verdes) chamou a atenção para o facto de, a bem do ambiente e do desenvolvimento sustentável, a política de ambiente dever ser encarada como um pilar fundamental de toda a política nacional.

Ordem do dia. — Procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre a situação da contratação colectiva de trabalho, no qual usaram da palavra, além do Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social (Vieira da Silva), os Srs. Deputados Mariana Aiveca (BE), Vítor Ramalho (PS), Luís Pais Antunes (PSD), Odete Santos (PCP), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Helena Pinto (BE), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Jorge Strecht (PS), Arménio Santos (PSD), Teresa Vasconcelos Caeiro (CDS-PP), João Teixeira Lopes e Luís Fazenda (BE).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto de Sousa Martins
Alberto Marques Antunes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Carlos Cardoso Lage
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando dos Santos Cabral
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Jacinto Serrão de Freitas
Jaime José Matos da Gama
João Cândido da Rocha Bernardo
João Cardona Gomes Cravinho
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Apolinário Nunes Portada
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Luís Pereira Carneiro
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro

Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui António Ferreira da Cunha
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Susana de Fátima Carvalho Amador
Teresa Maria Neto Venda
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado

António Joaquim Almeida Henriques
António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando dos Santos Antunes
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Jaime Carlos Marta Soares
João Bosco Soares Mota Amaral
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José de Almeida Cesário
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Amaral Lopes
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Manuel Filipe Correia de Jesus
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário Patinha Antão
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartim Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha
Victor do Couto Cruz
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 Artur Jorge da Silva Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Francisco José de Almeida Lopes
 José Batista Mestre Soeiro
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos
 Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 António de Magalhães Pires de Lima
 António Idalino Rodrigues Pereira
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Russo da Mota Soares
 Nuno Miguel Miranda de Magalhães
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
 Ana Isabel Drago Lobato
 Fernando José Mendes Rosas
 Francisco Anacleto Louçã
 Helena Maria Moura Pinto
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
 Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
 Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de mais, peço à Sr. Secretária que dê conta do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram apresentados na Mesa diversos requerimentos.

No dia 31 de Março — ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Francisco Lopes; ao Ministério da Administração Interna, formulado pela Sr.^a Deputada Alda Macedo.

No dia 1 de Abril — aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Saúde e da Administração Interna, formulados pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

Nos dias 5 e 6 de Abril — ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado José Cesário; aos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, formulados pelos Srs. Deputados Luísa Mesquita, Ana Drago e Miguel Tiago; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs. Deputados Honório Novo e Alda Macedo; aos Ministérios da Economia e da Inovação, da Saúde, da Cultura e da Justiça, formulados pelos Srs. Deputados Mariana Aiveca, Francisco Madeira Lopes, José Soeiro e Agostinho Lopes.

No dia 6 e na reunião plenária de 7 de Abril — ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Horácio Antunes; ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Heloísa Apolónia e Luís Braga da Cruz; ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr. Deputado Manuel Alegre; ao Ministério das Finanças, formulados pelos Srs. Deputados Mota Amaral e António Filipe; aos Ministérios da Economia e Inovação e do Trabalho e da Solidariedade Social, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Machado.

Foi recebida a resposta a requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Isabel Castro, no dia 4 de

Abril, e Narana Coissoró, no dia 5 de Abril.

Deram ainda entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.^{os} 24/X — Altera a Lei n.^º 17/2003, de 4 de Junho (iniciativa legislativa de cidadãos) (PCP), que baixou à 1.^a Comissão e 25/X — Altera o regime jurídico dos inquéritos parlamentares (PCP), que baixou à 1.^a Comissão, projecto de revisão constitucional n.^º 1/X (PS), que baixou à 1.^a Comissão, projectos de resolução n.^{os} 14/X — Altera o Regimento da Assembleia da República (PCP) e 15/X — Viagem do Sr. Presidente da República à Finlândia (Presidente da AR).

Entretanto, passo a dar conta dos resultados da eleição dos representantes da Assembleia da República para o Conselho Superior de Defesa Nacional e para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

A acta da eleição de dois membros para o Conselho Superior de Defesa Nacional é do seguinte teor:

Aos sete dias do mês de Abril de dois mil e cinco, procedeu-se à eleição de dois membros para o Conselho Superior de Defesa Nacional.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 194

Votos «sim» — 168

Votos «não» — 2

Abstenções — 6

Votos brancos — 18.

Face ao resultado obtido, declaram-se eleitos os candidatos propostos:

António Alves Marques Júnior

Manuel Filipe Correia de Jesus.

Para se constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Fernando Santos Pereira — Celeste Correia — Maria Ofélia Moleiro*.

A acta da eleição de dois membros efectivos e dois membros suplentes para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos é do seguinte teor:

Aos sete dias do mês de Abril de dois mil e cinco, procedeu-se à eleição de dois membros efectivos e dois membros suplentes para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

Votantes — 194.

Candidatos propostos:

Efectivos

Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro (PS)

Votos «sim» — 158

Votos «não» — 9

Abstenções — 10

Votos brancos — 23

Votos nulos — 0;

Luis Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves (PSD)

Votos «sim» — 117

Votos «não» — 17

Abstenções — 22

Votos brancos — 38

Votos nulos — 0.

Suplentes

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes (PS)

Votos «sim» — 143

Votos «não» — 10

Abstenções — 11

Votos brancos — 30

Votos nulos — 0;

Fernando Santos Pereira (PSD)

Votos «sim» — 109

Votos «não» — 18

Abstenções — 25

Votos brancos — 42

Votos nulos — 0.

Face ao resultado obtido, declaram-se eleitos os seguintes candidatos:

Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro

Luis Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes

Fernando Santos Pereira.

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Maria Ofélia Moleiro — Celeste Correia — Fernando Santos Pereira*.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: A situação, a dramática situação que se vive no sector têxtil e do vestuário está visível aos olhos de todos. Só não vê quem o não queira ver!

As consequências, dramáticas consequências, Srs. Deputados, são conhecidas, sobretudo, por todos aqueles que as conhecem por as sentirem na própria pele: em primeiro lugar, os trabalhadores e as trabalhadoras, mas também centenas de micro, pequenos e médios empresários!

As pessoas interrogam-se: vai acabar tudo? Quem põe cobro a isto?

As causas desta situação também são conhecidas: umas, que vêm de longe, estruturais, ancoradas nas políticas económicas e europeias de sucessivos governos, que «produziram» um modelo de mão-de-obra barata e intensiva, afunilado em produções de baixo valor acrescentado, com algumas, ainda que significativas, excepções. Políticas que despenderam milhões de contos de fundos comunitários e nacionais (PEDIP — Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, IMIT — Programa de Incentivos à Modernização da Indústria Têxtil, RETEX — Programa de Iniciativa Comunitária relativo às regiões fortemente dependentes do sector têxtil/vestuário, PRIME — Programa de Incentivos à Modernização da Economia, DÍNAMO — Dinamização da Moda) e se mostraram não só totalmente incapazes de romper com o modelo como acabaram por consolidá-lo e engrossá-lo, apesar das já referidas excepções.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — As causas imediatas da situação têm tido outra visibilidade mediática: o processo de liberalização total do comércio internacional no âmbito do Acordo do Têxtil e Vestuário no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, amplificado pela entrada da China na OMC em 2001, processos que não foram acompanhados das medidas necessárias para superar o referido modelo, mas que, antes, agravaram a situação de dependência e subcontratação de parte significativa do sector.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, é uma evidência que a necessária resposta à situação, pelo «peso pesado» que o sector têxtil continua a ser para a economia portuguesa, por ser a questão do têxtil e do vestuário uma questão nacional, não pode ser deixada para que o mercado resolva — como parece ser a proposta, mais ou menos assumida, de alguns.

Só assim se comprehende a passividade e lentidão, a falta de iniciativa, de coragem e, mesmo, de inépcia com que, ao longo dos últimos anos, em particular em 2003 e 2004 — com mais acuidade nos últimos meses de 2004 e nos já decorridos de 2005 —, os governos do PSD/CDS-PP e, agora, do PS agiram e vão agindo.

Espantosamente surdos aos avisos e reclamações das associações sindicais e empresariais, feitos em assinalável esforço de convergência e consenso na defesa do sector. Sucessivos governos positivamente «à espera» da Comissão Europeia... «À espera» que a Comissão Europeia se resolva a tomar as decisões para defender os têxteis portugueses, «à espera» de uma Comissão Europeia que já mostrou e demonstrou que as suas preocupações não são as empresas têxteis e do vestuário europeias — bem pelo contrário, como é fácil de ver pelo desenrolar do «filme» sobre as orientações comunitárias para o desencadeamento das cláusulas de salvaguarda.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — As dificuldades da Comissão, por exemplo, em matéria de monitorização das importações são tão grandes que, justificadamente, se suspeita que nunca conseguirá provar a perturbação do mercado..., provavelmente, «à espera» de quando não haja empresas e produções a perturbar!

«À espera» da Comissão, o Governo PS limitou-se, tanto quanto se sabe, através de uma carta do Ministro da Economia, a manifestar preocupações... Sem ter, até hoje, assumido o pedido formal e oficial à União Europeia do accionamento das cláusulas de salvaguarda — o que é completamente inaceitável.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — De nada adiantarão medidas quando as fábricas tiverem fechado.

É também uma evidência que as cláusulas de salvaguarda não serão, certamente, a salvação dos têxteis portugueses, até pela sua natureza temporária. Não bastarão!, mas na actual conjuntura poderão ter um efeito amortecedor não negligenciável sobre os impactos negativos de um «choque de importações» e permitir ganhos de tempo na tomada de outras medidas necessárias relativamente à competitividade do

sector nos mercados interno e externo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — É necessário agir com urgência, em Portugal e na União Europeia, reclamando na União Europeia, de forma peremptória, o accionamento das cláusulas de salvaguarda, mas também reclamando a criação de um programa comunitário — com adequados meios de apoio — para o sector têxtil e do vestuário.

Agindo em Portugal para uma reestruturação do sector, partindo do que há — emprego e empresas —, o que não significa ficar amarrado ao que existe. Significa defender o desenvolvimento de todas as empresas susceptíveis de viabilidade económica; significa investir na sua organização, cooperação e agrupamento; significa diversificar o tecido produtivo, alterando o perfil de especialização.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Significa a implantação de novas empresas que incorporem inovação, novos produtos e novas tecnologias; significa produzir um salto na qualidade e valor acrescentado da produção.

Significa partir para dinâmicas de políticas económicas integradas que permitam romper com o círculo vicioso de uma competitividade impossível, baseada em baixos salários e precariedade de mão-de-obra; significa definir com rigor um novo quadro legal e disponibilidades financeiras para a possível e necessária recuperação de empresas e subsectores de actividade.

Significa combater as deslocalizações e defender o mercado nacional, como outros fazem, no quadro das próprias regras comunitárias.

Que não haja ilusões: não se pode pretender responder ao desemprego deixando crescer o desemprego, deixando destruir o emprego que ainda há!

O sector têxtil e do vestuário não pode esperar mais, senão poderá ser a última vez que espera.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao orador, os Srs. Deputados Miguel Laranjeiro e Emídio Guerreiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Laranjeiro.

O Sr. **Miguel Laranjeiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Agostinho Lopes, antes de mais, deixe-me felicitá-lo pelo seu regresso a esta Assembleia, pois sei que esteve aqui no passado.

Há uma coisa que nos une: é a preocupação com o sector têxtil e com outros sectores clássicos da indústria portuguesa. E há também uma questão que nos preocupa efectivamente: é o emprego.

V. Ex.^a concordará comigo no sentido de achar que o Governo do Partido Socialista, e o Partido Socialista na campanha eleitoral, colocou o emprego de novo na agenda política portuguesa, questão — e afi, provavelmente, estaremos de acordo — que tinha sido retirada nos últimos três anos.

Mas não podemos ceder à demagogia fácil — e o PS não o fará!

Certamente que o Governo, tendo mostrado preocupação com as questões do emprego na campanha eleitoral e aqui, quando apresentou o Programa do Governo, terá na sua acção prática e na sua acção política preocupações especiais no combate ao desemprego, por um lado, e medidas activas e pró-activas relativamente à criação de emprego, por outro — mas criação de emprego qualificado, com direitos. É essa a nossa política, foi sempre essa a nossa política e é assim que irá continuar a ser.

V. Ex.^a sabe que os Deputados do Partido Socialista, designadamente, têm tido uma acção efectiva no Parlamento Europeu, no sentido de questionar o comissário do sector relativamente ao que são importações do Oriente, nomeadamente de um país como a China.

VV. Ex.^{as} têm uma proximidade ideológica, diria, com o governo daquele gigante asiático...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas proximidade geográfica com este Governo!

O **Orador**: — Proximidade geográfica com este Governo. Mas V. Ex.^a sabe que existe um problema.

A minha questão é a de saber se o PCP está disposto a colaborar com o Governo e com outras forças políticas, no sentido de resolver seriamente e sem demagogia este problema que existe no centro da nossa acção política.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Agostinho Lopes, penso que os sentimento de preocupação com a questão do desemprego nos têxteis ou noutro sector qualquer são, de facto, uma coisa que nos une a todos — ou, pelo menos, assim o deveria ser.

Tenho, no entanto, alguma dificuldade em perceber como é que passamos de um discurso real de grandes dificuldades, onde se faz um «choradinho» à volta desta situação, para as propostas em concreto. Ou seja: como é que conseguiremos dar a volta a isto?

Temos de ver que, historicamente, o sector têxtil vingou e cresceu sendo o seu factor competitivo o baixo custo de mão-de-obra.

Penso que dizer-se que, ao longo dos últimos anos, os programas disponibilizados e as políticas pró-activas que se tomaram nestas áreas pelos diversos governos não fortificaram é um pouco redutor, porque, felizmente, ao fim destes anos todos, temos, apesar de poucos, alguns exemplos de sucesso. Por isso é que considero que — como dizia o Sr. Deputado Miguel Laranjeiro — uma reflexão séria em torno desta questão tem de ponderar por que é que há insucesso e há sucesso. É esta discussão séria quanto às causas que penso que deve ser feita.

Assim, se for feita essa discussão e se for pensada uma estratégia concertada, efectiva, na promoção de uma alternativa para este sector, vale a pena investir, de contrário, não. É porque, se assim não for, não conseguiremos contrariar o que é a realidade deste sector, isto é, o actual sobredimensionamento que nele existente. De facto, a nossa economia não suporta os cerca de 200 000 trabalhadores deste sector. Esta é que é uma realidade que não podemos contornar.

Na verdade, o sector têxtil tem um peso grande demais para o nosso mercado e, portanto, torna-se difícil dar respostas a estas questões. O facto de colocarmos ou não esta questão na agenda política é irrelevante porque o emprego está permanentemente na agenda política.

Assim, o que seria de facto importante era o Sr. Deputado Agostinho Lopes concretizar melhor que medidas pretende propor. Afirmar que há crise, que há desemprego, que os trabalhadores estão à espera, que é preciso dar respostas, que é preciso diversificar, estratificar, etc., isso é o que temos vindo a ouvir há mais de 20 anos.

Vindo de uma família com fortes tradições no sector têxtil pelo facto de deter empresas, eu próprio, já desde os cinco ou seis anos de idade, estou habituado a que o sector têxtil viva em crise permanente.

Agora, que desempenho as presentes funções, custa-me um pouco verificar que o discurso político não se dirija para propostas concretas no sentido de contornar este problema. Se continuarmos a manter o mesmo discurso, creio que nunca conseguiremos reunir o consenso necessário para resolver o problema que existe.

Repto, pois, que gostava de saber quais as medidas que o Sr. Deputado preconiza, sem esquecer a realidade que considero existir, ou seja, o sobredimensionamento do sector que é a questão mais difícil de resolver.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, obrigado pelas questões que me colocaram.

De facto, o Partido Socialista anunciou, durante a campanha eleitoral, a criação de 150 000 novos postos de trabalho e, nessa mesma altura, afirmámos que era muito importante o que se propunha, mas que gostaríamos de saber qual seria o saldo, no fim da legislatura, em função do conjunto de processos económicos que estão em curso, concretamente no sector têxtil e do vestuário.

Por exemplo, segundo estudos de gabinetes especializados no assunto, os processos em curso apontam para que, nos próximos anos, só no sector têxtil, se percam 75 000 postos de trabalho, o que equivale a 50% dos postos de trabalho que o PS se propunha criar, aquando da campanha eleitoral.

Depois, interpelaram-me sobre a questão sempre conhecida do *dumping* social praticado pela China. Esta é certamente uma questão muito importante para a China e outros países e que significa, no fundamental, a defesa da respectiva economia na base da política de salários que é praticada nesses países.

Para nós, neste momento, o problema não é o do papel desempenhado pela China mas, sim, o de saber qual é a intervenção do Governo português no que diz respeito à defesa do sector têxtil e do vestuário. Desse ponto de vista, o que temos visto é zero! Até 20 de Fevereiro, com o governo do PSD/CDS-PP, vimos zero e, até hoje, com o Governo do Partido Socialista, vemos zero!

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro questionou-me sobre como podemos dar a volta a este problema.

A primeira conclusão que penso que tanto o PSD como o PS poderão tirar, por termos chegado onde chegámos, é a de que as políticas económicas prosseguidas ao longo destes últimos anos, inclusive no que respeita à aplicação dos fundos comunitários, não foram capazes de responder aos problemas do sector. Pelo contrário, como assinalei, consolidaram o modelo, hoje reconhecido por todos, de mão-de-obra barata, precária, produzindo produtos de baixo valor acrescentado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — O Sr. Deputado quer que lhe dê respostas e soluções concretas.

Assim, poderia falar, por exemplo, na necessidade de uma significativa inversão na política de atribuição de fundos comunitários para o sector económico, política esta que privilegie fundamentalmente as micro e as pequenas empresas, contrariamente ao que vem acontecendo nos últimos anos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Poderia falar-lhe, ainda, de outros factores de competitividade que são esquecidos sempre que se fala do sector têxtil: os custos do crédito bancário; os custos das telecomunicações; os custos da energia eléctrica; os custos dos transportes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Ora, conhecendo nós, como conhecemos — foram tornados públicos recentemente —, os vultosos lucros dos sectores bancário e segurador no nosso país, os vultosos lucros da EDP, da Petrogal, da PT, da Brisa e de outras empresas concessionárias de auto-estradas, podemos pensar que há boa margem de manobra para qualquer governo intervir relativamente aos custos deste sector que afectam significativamente o conjunto do tecido económico produtivo deste país.

Ou será que o Sr. Deputado Emídio Guerreiro pensa que, por exemplo, no distrito de Braga, o elevadíssimo valor da portagem paga na auto-estrada entre Braga e Guimarães e, também, a que é paga no troço entre a A11 e o IC14, de Barcelos a Braga, inaugurado no último domingo, nada tem a ver com a competitividade do sector têxtil?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Partido Social-Democrata realizou, no passado fim-de-semana, o seu XXVII Congresso Nacional no qual aprovou uma nova estratégia política e elegeu uma nova liderança.

Subo a esta tribuna para vos falar das principais conclusões do Congresso Nacional do PSD que acabou de se realizar.

Mas, antes do mais, pretendo formular dois agradecimentos: o primeiro, dirigido ao Presidente da Assembleia da República, pelas palavras amáveis que nos dirigiu no final da última sessão plenária e que aqui cumprimento publicamente em nome da nova Direcção Política Nacional do PSD; o segundo dos agradecimentos é endereçado aos partidos políticos que nos honraram com a sua presença na sessão de encerramento do nosso Congresso Nacional.

Este Congresso, como ficou claro para todo o País, decorreu de forma aberta, viva e participada, onde o confronto salutar de ideias e projectos — sempre importantes num partido democrático como o nosso — não prejudicou a elevação do debate e não comprometeu a unidade em torno dos principais objectivos do Partido Social-Democrata.

Deste Congresso saiu eleito o novo líder do partido, o Dr. Luís Marques Mendes, que viu aprovada a sua estratégia política, todas as listas que apresentou, e viu sufragada a sua vontade de protagonizar uma nova forma de fazer política.

Foi um Congresso estimulante, um Congresso que marca uma nova etapa na vida do principal partido da oposição, um Congresso onde a discussão das questões internas não fez esquecer o objectivo fundamental do nosso partido: servir, no poder como na oposição, Portugal e os portugueses.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PSD tem hoje uma estratégia política clara e bem definida.

Desde logo, uma estratégia para as eleições autárquicas. O objectivo é o de ganhar as eleições autárquicas alcançando o maior número de presidências de câmaras do País. Este objectivo a que nos propomos, sendo um objectivo ambicioso, traduz bem a confiança que depositamos nos autarcas sociais-democratas e no trabalho que desenvolvem para servir as populações que representam e que neles confiam.

Somos, por convicção, firmes adeptos do poder local e protagonistas activos da ideia de descentralização. Vamos reafirmar esta nossa vocação nas autárquicas deste ano.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ficou também clara a nossa estratégia para as eleições presidenciais. Sendo estas umas eleições em que as candidaturas dependem de um acto de vontade individual, o Partido Social-Democrata apoiará um candidato forte, credível e ganhador que possa interpretar o interesse nacional e que não deixe de representar a área política a que pertencemos.

Aplausos do PSD.

O País só tem a ganhar com um quadro de equilíbrio institucional entre Presidente da República e Governo. É essencial que a generalidade dos portugueses se reveja nestes dois importantes órgãos de soberania. Daí a aposta determinada e o empenho forte que colocamos nas eleições presidenciais. Mais do que os propósitos do PSD, é o interesse de Portugal que queremos ajudar a servir.

Aplausos do PSD.

Finalmente, o Congresso do PSD definiu uma estratégia de oposição ao Governo.

Uma estratégia de oposição responsável, própria de um partido que não desconhece as dificuldades do País e dos portugueses; uma estratégia de oposição construtiva, de confiança no progresso e no desenvolvimento de Portugal; mas uma estratégia firme de denúncia das omissões e dos erros do Governo sempre que, no nosso entendimento, estejam em causa interesses fundamentais do País.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Uma estratégia construtiva e responsável porque, como afirmamos repetidamente, somos oposição ao Governo, não somos oposição a Portugal.

A verdade é que iniciamos um ciclo político de quatro anos fundamentais para a inadiável consolidação orçamental, para o estímulo da actividade económica necessária à criação de riqueza, apostando na concorrência, na competitividade e na capacidade empreendedora dos Portugueses e na eliminação dos entraves burocráticos que ainda subsistem à actividade dos agentes económicos e dos cidadãos.

Afirmamos, por isso, a nossa disponibilidade para um entendimento alargado em torno de matérias que consideramos estratégicas para o nosso desenvolvimento e cuja resolução depende de estabilidade de políticas e de objectivos que ultrapassam os limites de uma legislatura. A plataforma para o desenvolvimento de que falamos identifica as questões da justiça, da reforma do Estado e das finanças públicas como essenciais para ultrapassar bloqueios que penalizam o nosso desenvolvimento e comprometem o crescimento económico.

Aplausos do PSD.

Uma estratégia de oposição firme porque não somos muleta do Governo.

Este Governo, empossado há um mês, tem primado pelo anúncio desgarrado de algumas medidas avulsas, mas não dá sinais de vida quando se trata de enfrentar as questões prioritárias, estruturais e urgentes do País.

Na lógica guterista do passado, o Governo fez alguns anúncios mas não tomou muitas decisões. Na lógica socialista de sempre, o Governo faz de conta que governa mas não se tem visto grande governação. Muito à PS, é sempre a forma a substituir-se à substância.

Durante um mês, o Governo limitou-se a dois anúncios de medidas pontuais e a uma decisão estruturalmente errada.

Anunciou a venda de medicamentos fora das farmácias. Convenhamos que não resolve nenhum problema de fundo da saúde.

Anunciou também a redução das férias judiciais. Sejamos francos, não é isso que vai dar celeridade à justiça.

Decidiu transformar os hospitais SA em hospitais empresas públicas. É um erro e um retrocesso. O Eng.º Sócrates promete «mais sociedade» mas acaba a decidir «mais Estado». Para início de mandato tudo isto é pobre e é preocupante.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Um mês de Governo dá para perceber uma coisa: o Governo quer adiar tudo quanto é relevante e essencial para depois das autárquicas. Não é o Governo adiado que nos preocupa. O que nos preocupa é que um Governo adiado só agrava os problemas do País.

Um exemplo é particularmente elucidativo. Falamos do Orçamento rectificativo. Queremos perguntar directamente ao Governo: quando vai apresentar o Orçamento rectificativo? Depois do Verão, quando for tarde demais? Em cima das férias parlamentares, para evitar a discussão séria e alargada que se impõe? Ou o Governo responde ou a falta de resposta tem, para nós, um significado: o receio de tomar decisões, o

medo de assumir responsabilidades.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PSD saiu deste Congresso apostado numa nova forma de fazer política, não virando a cara às questões essenciais do País, mas igualmente empenhado em partilhar com a sociedade novos anseios e novos desafios.

Desde logo, com a preocupação especial de se reencontrar com os jovens, ouvindo as suas preocupações e partilhando os seus sonhos; escutando os mais velhos que, na solidão, reclamam pela dignidade a que têm direito e que a vertigem da sociedade tende a esquecer; compreendendo os que, principalmente nas grandes cidades e nas suas periferias, sentem a ameaça da insegurança e constatam a diminuição da sua qualidade de vida; trabalhando com todos os que, de uma forma activa, pretendem integrar e recuperar os novos excluídos de uma sociedade que apela imparavelmente a novas tecnologias, mais rapidez e maior exigência na vida do dia-a-dia.

O PSD tem uma história de que se orgulha e os portugueses conhecem bem o nosso contributo para mudanças essenciais do Portugal democrático que somos. Com a coragem de sempre e a renovada determinação que nos anima, podem os portugueses contar com o PSD para, em conjunto, vencermos os desafios do novo tempo que vivemos. Agora na oposição, um único propósito nos move: ajudar, como sempre, a servir Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Macedo, em primeiro lugar, gostaria de, em nome da bancada do Partido Socialista, cumprimentá-lo, assim como ao Sr. Deputado Marques Mendes, como Presidente do Partido Social-Democrata, pela realização do Congresso do PSD e dirigir votos das melhores felicidades à nova Direcção do PSD.

A verdade é que uma oposição faz falta e há mais de um mês que não sentíamos qualquer oposição, fruto da reorganização interna que se operava no próprio PSD.

Mas concretamente gostaria de referir o seguinte: o Sr. Deputado Miguel Macedo começou bem, em busca do sentido de responsabilidade há tanto tempo perdido. Isso é um bom sinal para o País, porque a falta de credibilidade das instituições em que os senhores deixaram o País e a falta de credibilidade das políticas desenvolvidas bem requerem um enorme esforço de reconversão. E a reconversão tem de ser nas ideias, lançando novas ideias, porque aquilo que foi derrotado, em 20 de Fevereiro, foram as ideias da maioria; o que foi derrotado em 20 de Fevereiro foram os projectos, as políticas e também o estilo que foi utilizado nesse tipo de governação.

E também é verdade que, antes de lançar críticas a destempo a um novo Governo, VV. Ex.^{as} deveriam reflectir, já que o Sr. Deputado sabe bem a situação em que deixaram o País: com meio milhão de desempregados, um défice que hoje é, com verdade, conhecido por todos, um afastamento progressivo da União Europeia e, como se sabe, uma dívida pública que ultrapassou todos os limites!

É evidente que seria mais conveniente para o PSD que o Governo não tivesse tomado medidas concretas, mas o Governo tomou-as, estando a assumir os seus compromissos. O Governo é que não será, com certeza, muleta da oposição; tem uma maioria, tem o seu programa e vai cumpri-lo. Falo da questão da revisão constitucional, das leis eleitorais autárquicas, da regulação da comunicação social, do limite dos mandatos, do plano tecnológico que está a ser implementado, do programa de mitigação dos efeitos da seca, da antecipação, desde já, das ajudas aos agricultores, ou seja, de um conjunto de medidas que VV. Ex.^{as} reconhecem que são importantes e prioritárias, mas de que se esqueceram durante esse tempo.

Por isso, se, por acaso, os senhores criticam medidas como a venda dos medicamentos fora das farmácias, sabemos que, nessa matéria, podem ter alguns pruridos e algumas preocupações, já quando também criticam medidas, na área da justiça, como a das férias judiciais, eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado se, eventualmente, uma verdadeira política da justiça foi a iniciada e concretizada por Celeste Cardona e pela antiga maioria.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Macedo, em nome da bancada do PCP, quero apresentar os nossos cumprimentos aos órgãos dirigentes do PSD eleitos neste último congresso.

Relativamente à sua intervenção, quero dar nota de uma surpresa e conta de uma interrogação, da nossa parte.

Começo por registar que da sua intervenção resultou aquilo que é uma evidência para quem acompanhou os trabalhos do Congresso do PSD, a saber, as prioridades que o PSD fixou, o que é absolutamente natural, relativamente às eleições autárquicas e às eleições presidenciais — nesse domínio, não há grandes novidades. Registámos até o que nos pareceu ser algum sentimento de alívio por parte do PSD por ter mudado de liderança e deixado de ter a Direcção que conduziu o PSD a um mau resultado eleitoral e o País a uma péssima situação, o que, aliás, se reflectiu no facto de o PSD ter deixado de ser Governo e passado a ser oposição. Registamos, pois, esse sentimento de alívio que sentimos nos militantes do PSD, mas, obviamente, para nós, não é o facto de o PSD ter mudado de liderança que representa uma alteração estratégica naquela que é a orientação política do PSD. E se é verdade que conjunturalmente estamos ambos na oposição, também é certo que estamos em oposições muito diferentes: os senhores são oposição de direita, nós somos oposição de esquerda, ao actual Governo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — E aquilo que esperamos do actual Governo é precisamente que se afaste daquela que foi a orientação que o PSD imprimiu ao governo do País nos últimos três anos.

Isto é claro para nós, é claro para os senhores e também não é daqui que vem novidade alguma.

Agora, qual foi a surpresa com que ficámos? A surpresa foi os senhores virem exigir um orçamento rectificativo. É porque se fica com a sensação de que o Orçamento que está em vigor não é, ainda, o vosso. A menos que os senhores entendam que o Orçamento não é o vosso, que foi do CDS-PP, e, por isso, venham agora exigir a sua alteração...

Portanto, ficámos surpreendidos com o facto de o PSD vir reivindicar que o Governo do Partido Socialista proponha a alteração do Orçamento feito pelos senhores.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Qual é a indefinição e a pergunta que gostaria de colocar-lhe? Ouvimos com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Luís Marques Mendes, já como Presidente do PSD, e o que referiu a propósito do referendo europeu. Registámos a prioridade que o PSD quer dar ao referendo europeu e também consideramos indispensável que esse referendo se realize e com a celeridade possível, mas ficámos sem perceber qual é a posição do PSD relativamente à nova posição do PS quanto à simultaneidade com as eleições autárquicas.

Por isso, a minha pergunta é a de saber se os senhores consideram que é adequado realizar um referendo com a importância que tem um referendo sobre o Tratado da Constituição Europeia, com o debate profundo que esse referendo implica, ao mesmo tempo em que estamos a discutir em cada um dos 308 municípios do País e das mais de 4000 freguesias opções sobre as quais o eleitorado tem de decidir no plano da sua localidade.

Pergunto, pois, qual é a posição do PSD relativamente a esta proposta do PS, da simultaneidade do referendo europeu com as eleições autárquicas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados José Junqueiro e António Filipe, agradeço as questões que me colocaram.

Começo por responder ao Sr. Deputado António Filipe, a quem cumprimento, designadamente à última questão sobre os referendos. Sr. Deputado, recordo-lhe, muito brevemente, o seguinte: para o PSD, a questão da realização simultânea de um referendo com um acto eleitoral nunca foi problema. Lembrar-se-á V. Ex.^a que, em tempos, o PSD propôs até que o referendo sobre esta matéria ocorresse em simultâneo com as eleições europeias. Na altura, porém, não tivemos vencimento.

Mas o que importa aqui dizer é que a questão de fundo não é essa. A questão de fundo tem a ver com a bancada do Partido Socialista, o Governo e o Partido Socialista. A questão de fundo tem a ainda ver com as prioridades que vamos conferir aos referendos que estão em cima da mesa.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — A verdade é que o Primeiro-Ministro, aquando da sua posse, afirmou ao País que a sua prioridade era o referendo sobre a Europa. Porém, duas semanas depois, o Partido Socialista entendeu conferir uma prioridade diferente, a reboque da prioridade política do Bloco de Esquerda, ao referendo sobre o aborto.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por nós, estamos a dizer exactamente o mesmo que dissemos no passado: a nossa prioridade clara é o referendo sobre a Europa. O Partido Socialista tem agora de decidir se a sua prioridade é a do referendo sobre a Europa ou a do referendo sobre o aborto. Por nós, está decidido, o Partido Socialista sabe com o que conta da nossa parte. E estamos a dizer hoje, em absoluta coerência, exactamente o mesmo que dissemos no passado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Tal e qual!

O Orador: — Isto é que é importante ficar claro! E esta é que é a matéria em relação à qual, do ponto de vista político, não abdicamos das posições que vimos repetidamente afirmado.

Aplausos do PSD.

Quanto ao Sr. Deputado José Junqueiro, quero também cumprimentá-lo, saudar a bancada do Partido Socialista, bancada da maioria, e anotar três factos. O primeiro é que V. Ex.^a não teve oportunidade de falar sobre o Orçamento rectificativo — é sintomático. Já agora, aproveito para dizer ao Sr. Deputado António Filipe que o que nos preocupa, como bancada de um partido da oposição, não é o Orçamento rectificativo mas exigir, porque é esse o nosso direito e o nosso dever, que o Governo e a bancada da maioria cumpram aquilo que prometeram e anunciaram. É esse o nosso papel como partido e bancada da oposição.

Mas, como dizia, Sr. Deputado José Junqueiro, sobre o Orçamento rectificativo, responderam «zero» às questões que colocámos.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mais, Sr. Deputado: também nada disse sobre as duas questões que coloquei, a título de exemplo, na intervenção que proferi — a saber: transformação dos hospitais SA em hospitais EPE e férias judiciais. Em relação a esta última, V. Ex.^a sabe, tal como eu e todos os demais, que não está aqui em causa, sequer, a questão do mérito dessa decisão. O que eu disse da tribuna foi que a questão da redução das férias judiciais não resolvia nenhum problema de celeridade judicial. Tão-somente isto!

Sr. Deputado José Junqueiro, colocámos questões concretas que se prendem com a actividade pouca, pobre,....

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Nenhuma!

O Orador: — ... de um mês de intervenção governativa e V. Ex.^a, sobre elas, disse nada, passou por cima dessas questões e, no fundo, pretendeu manter-se na posição de estar permanentemente a sindicar o governo anterior, que já foi julgado nas eleições.

Com humildade, acolhemos e sujeitamo-nos à decisão do povo, como sempre fizemos, e estamos aqui, agora, no papel que o povo quer que tenhamos nesta Assembleia, o de partido da oposição — o maior partido da oposição — a interpelar a bancada da maioria e o Governo sobre as decisões que tomam e que, do nosso ponto de vista, são fundamentais para o País.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Macedo, antes de mais, permita-me que felicite V. Ex.^a, a bancada do PSD e o seu Presidente e que deseje, muito sinceramente, em nome da bancada do CDS, as maiores felicidades à Direcção do PSD.

Consideramos que é fundamental que o PSD, como partido fundador da democracia, neste novo ciclo, encontre o seu caminho e uma liderança estável. Estamos certos que, desde o passado fim-de-semana, essa liderança existe.

Somos um partido diferente, um partido que tem um caminho autónomo mas que não é conflituante com o do PSD e respectiva bancada. Aliás, registamos com algum agrado — o Deputado António Pires de Lima e eu próprio estivemos presente na sessão de encerramento do Congresso do PSD — que, pela primeira vez, desde alguns anos a esta parte, o CDS não foi utilizado no Congresso como arma de arremesso entre candidaturas e candidatos, nas lógicas internas do PSD, o que nos parece algo assinalável. Pela nossa parte, continuamos a dizer o mesmo que dizímos no passado: o nosso adversário é muito claro, o nosso

adversário é a esquerda socialista, a esquerda comunista, a extrema-esquerda trotskista, e desse rumo não saímos.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso mesmo, mantemos todas as vias, todos os caminhos abertos para que haja um diálogo de centro-direita, para que continue a haver um diálogo nas batalhas eleitorais que o justifiquem no futuro — e, certamente, muitas o justificarão.

De qualquer modo, Sr. Deputado Miguel Macedo (porque me pareceu que, da intervenção que aqui proferiu, mantém alguma ilusão relativamente ao novo Governo e a esta nova maioria), não resisto a perguntar-lhe como é que o Sr. Deputado e a bancada do PSD qualificam algumas atitudes deste Governo, que, muito sinceramente, causam uma grande apreensão à bancada do CDS. Dou-lhe dois exemplos.

Quando os organismos internacionais referem que Portugal vai ter o maior crescimento económico dos últimos anos, um crescimento de cerca de 2%, pela primeira vez, em muitos anos, um crescimento superior à média da União Europeia, como qualifica que o Governo e a nova maioria insistam em baixar as expectativas dos agentes económicos, que o Governo continue a não dar uma indicação clara sobre se quer ou não controlar a despesa pública, sobre se quer ou não controlar o défice? Parece que, para o Partido Socialista, o défice há-de ser o que Deus quiser!...

Protestos do PS.

Como qualifica que o Governo continue a ter algumas atitudes de completa cedência a corporações organizadas, como no exemplo, muito recente, da revogação de um despacho relativo aos manuais escolares?

É muito curioso que a primeira atitude deste Governo em matéria de educação tenha sido a de revogar um despacho da anterior maioria relativamente a algo que é fundamental,...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... porque significaria um desagravamento económico para as famílias, uma ajuda real para as famílias portuguesas, nomeadamente para aquelas com menos capacidades económicas. Como qualifica que o Governo da actual maioria, não admitindo sequer experiências-piloto ou experiências regionais, tenha, pura e simplesmente, extinto ou revogado este despacho da anterior maioria?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Macedo, em nome da bancada do BE, cumprimentamos o Partido Social Democrata pela realização do seu Congresso e felicitamos a nova liderança.

Disse o Sr. Deputado que o Partido Social Democrata ensaia uma nova forma de fazer política, que começou uma nova etapa. Pois isso é que é difícil de provar! Isto é, que tenha começado uma nova etapa e uma nova forma de fazer política.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Passando por aquela dificuldade de fazer esquecer «o intercalar» do governo de Santana Lopes, na verdade, o que o Congresso do PSD fez, a nosso ver, foi recuperar o património do governo Barroso, sem pinga de autocrítica e sem avaliação sobre as políticas seguidas, políticas que foram condenadas pelas portuguesas e pelos portugueses, designadamente a reivindicação dos hospitais SA, o Código do Trabalho e a aventura no Iraque, tudo aquilo que, afinal, deu os avisos das eleições europeias e preparou a queda da coligação de direita nas eleições legislativas.

Portanto, desse ponto de vista, parece-nos que o PSD não ensaia qualquer forma nova de fazer política, apenas recupera o património do governo Barroso que tão maus resultados deu ao País.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Não há uma reavaliação, não há um novo ciclo mas, sim, uma reciclagem. Esta é a verdade.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O Orador: — Talvez o ponto mais importante e pertinente no debate político contraditório que hoje travamos seja a atitude em relação à despenalização do aborto. E aí sabemos qual é a posição do novo líder do Partido Social Democrata, Dr. Luís Marques Mendes: considera a actual lei penalizadora, que persegue e julga mulheres, que mantém o aborto clandestino em Portugal, equilibrada. Estamos conversados. Sabemos que, em próximo referendo, o PSD ou, pelo menos, as suas figuras mais gradas vão fazer campanha pela manutenção da actual lei, pela impossibilidade de alteração da situação de penalização que hoje existe. É nesse quadro que temos de entender a pressão que foi feita pelo novo líder do Partido Social Democrata para que não haja, a curto prazo, um referendo sobre a despenalização do aborto. É uma pressão não sobre o Partido Socialista mas sobre a maioria que se efectivar neste Hemiciclo e sobre o Sr. Presidente da República.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Esta questão não pode ser objecto de politiquice, não pode ser objecto de ziguezagues da parte do PSD; não pode ser objecto de um jogo do empurra entre o PSD e o PS. Não se trata disso. O que ficará claro para as portuguesas e para os portugueses é que se trata de mais uma manobra dilatória para que não venha a ser resolvida a questão da penalização do aborto, como hoje acontece.

Portanto, o Partido Social Democrata está a querer — hoje sem a desculpa do CDS, com a sua própria desculpa — continuar a adiar um problema.

Por isso, creio, Sr. Deputado Miguel Macedo, o PSD será julgado. Esse PSD também estará no debate e na votação do referendo e, talvez então, se tenha a verdadeira assunção e plenitude do que quer que seja «o PSD anda por aí».

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Mota Soares, começo por agradecer as suas palavras e retribuir, com simpatia, as palavras amáveis que nos dirigiu.

Como é evidente, partilhamos algumas das preocupações que aqui manifestou e, já agora e a propósito, queria salientar uma outra, a designada «flexibilização do PEC».

Para nós, essa é uma matéria de grande preocupação, na medida em que tememos que, em face do historial do Governo e do Partido Socialista nessa matéria, esta flexibilização do PEC possa pôr em risco o inevitável rigor que é necessário numa matéria desta natureza e que constitui, do nosso ponto de vista, um pressuposto essencial para o desenvolvimento do País. Esta é, de facto, uma preocupação que temos. Não falei dela aqui mas, a propósito de algumas das questões que muito bem referiu, não queria deixar de a salientar, porque tememos que o laxismo e o facilitismo, que tanto têm caracterizado o Partido Socialista em relação a estas matérias orçamentais e financeiras, possam voltar ao de cima quando se fala, tão insistentemente, nesta questão de flexibilização do PEC.

Portanto, agradeço as palavras gentis que me dirigiu e desejo também ao CDS-PP que o seu próximo congresso seja um bom congresso, permitindo-lhe trazer, a partir daí, um renovado contributo para a democracia portuguesa. Em suma, quero desejar ao CDS-PP as maiores felicidades.

Agradeço também as palavras e as questões que me dirigiu o Sr. Deputado Luís Fazenda, do Bloco de Esquerda. Insisto, contudo, em dizer que entendemos, até porque é pública, a pressão que o Bloco de Esquerda tem estado a exercer sobre o Partido Socialista. O que não entendemos é o recuo do Partido Socialista perante a pressão do Bloco de Esquerda, no que respeita à matéria do referendo sobre o aborto.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, fazendo a justiça de reconhecer que não nos acusou de incoerência, a verdade é que nesta matéria estamos a dizer hoje exactamente o mesmo que dissemos ontem. Para nós, o referendo sobre a Europa é prioritário por três razões. Em primeiro lugar, porque nunca se fez em Portugal um referendo sobre as questões europeias e, do nosso ponto de vista, é essencial fazê-lo. Em segundo lugar, é essencial fazer essa consulta popular, uma vez que há um calendário definido e que, nesse calendário, nós não podemos perder esta oportunidade. Em terceiro lugar, porque estamos a tratar de matérias de elevadíssimo interesse nacional e sobre isso julgo que todos concordamos. Estas três razões determinam que a posição do Partido Social Democrata seja hoje, como foi ontem, exactamente a mesma — a de dar prioridade política ao referendo sobre a Europa.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E daqui, Sr. Deputado Luís Fazenda, nós não vamos sair, visto que definimos e estabele-

cemos as nossas prioridades políticas para prosseguir os objectivos que consideramos fundamentais para o País. É este o caso, pelo que reafirmaremos, com a convicção e com a coerência de sempre, em relação a esta matéria, as nossas posições.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje, dia 13 de Abril, encontramo-nos quase a dois meses das últimas eleições legislativas de 20 de Fevereiro e mais de um mês passado sobre a primeira reunião do Parlamento eleito, ocorrida em 10 de Março. Finalmente, hoje o Plenário retoma a sua actividade normal, com o habitual e fundamental período de antes da ordem do dia, um PAOD de corpo inteiro, com declarações políticas semanais através das quais podem e devem os Deputados dos diferentes grupos parlamentares suscitar questões de relevante interesse nacional, contribuindo, assim, para o debate político e para uma melhor condução dos destinos de Portugal.

Convém lembrar nesta altura, em que uma certa modorra parece querer atacar os mais incautos, que, se houve eleições antecipadas em Fevereiro último, tal se deveu, entre outras coisas, a uma grave crise que Portugal atravessa e que só com muito trabalho, determinação e coragem, mas também com uma avaliação correcta da real situação que o País enfrenta, será possível inverter o rumo preocupante em que nos encontramos.

Convém, igualmente, lembrar que o resultado das últimas eleições representou principalmente um desejo, claramente expresso pelos eleitores, de mudança real nas políticas que nos vinham governando e não tanto um sufrágio ou uma vitória de um programa eleitoral. O reconhecimento deste facto deve implicar, em nosso entender, a assunção clara, por parte de quem tem a maioria absoluta, de uma atitude política responsável e aberta, disponível e respeitadora dos direitos da oposição e das minorias, recusando a arrogância e a soberba que toldam o julgamento e conduzem à cegueira política, impedindo o sã e construtivo diálogo democrático através do qual se procuram soluções de consenso e as melhores respostas para combater os problemas sociais e ambientais e vencer os desafios que se nos colocam.

Impõe-se, assim, não esquecer a situação social e ambiental do Portugal real que depositou esperança numa mudança que não pode mais tardar.

É preciso lembrar todos os dias que ainda há mais de 750 000 utentes sem médico de família e que continua por dar o salto qualitativo fundamental entre simplesmente combater a doença ou apostar efectivamente na prevenção e na promoção da saúde, num País onde se estima que todos os anos morram prematuramente centenas de portugueses por causa da poluição do ar. É preciso lembrar que as taxas de abandono e insucesso escolar em todos os níveis de ensino e que o baixíssimo número de licenciados colocam Portugal na cauda dos seus parceiros da União Europeia ou da OCDE relativamente à educação ou à formação profissional. Queremos lembrar, ainda, que o desemprego registou em Fevereiro passado uma nova subida, sendo mais de 487 000 os desempregados inscritos nos centros de emprego, a maioria dos quais são mulheres, sendo de notar uma subida de 10% dos desempregados de longa duração, representando 42% do universo total.

Lembramos, ainda, que o número de pobres ascende a 2 milhões, calculando-se que cerca de 19% da população portuguesa viva abaixo do limiar de pobreza, mesmo depois de receber apoio social do Estado, situação que afecta particularmente os idosos com baixas pensões, os desempregados de longa duração, as famílias monoparentais, os pequenos agricultores, as pessoas com deficiência e as minorias étnicas. Ou que mais de 200 000 pessoas todos os dias passam fome, sobrevivendo apenas por recurso aos bancos alimentares contra a fome. Estes são apenas alguns dados que reflectem problemas estruturais intimamente ligados com um modelo de desenvolvimento não sustentável, que reproduz desigualdades e desequilíbrios não só sociais mas também ambientais.

A divulgação dos resultados da Avaliação dos Ecossistemas do Milénio, estudo lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, envolvendo 1300 especialistas de 95 países, lançou um alerta global e traçou um quadro negro de acordo com o qual cerca de dois terços dos ecossistemas se encontram degradados ou com sobreexploração insustentável, apontando precisamente como áreas mais afectadas a nível mundial a água, a sua gestão e acessibilidade, a perda de biodiversidade e a diminuição de recursos genéticos, a destruição de paisagens e habitats naturais, o esgotamento dos recursos marinhos, designadamente em relação às pescas, o abuso de práticas agrícolas erradas e a poluição por nutrientes, terminando com a preocupante conclusão de que os diferentes ecossistemas da Terra têm hoje menor capacidade para purificar o ar, para fornecer água doce e limpa, para combater a erosão, para limitar as pestes e as pragas, bem como para regular o clima e as catástrofes naturais. E esta situação, da qual já hoje sentimos os efeitos, tenderá a piorar significativamente nos próximos anos, afectando todos, mas com particular incidência e em primeiro lugar os mais pobres e desfavorecidos, designadamente através da fome e de epidemias.

No que toca a Portugal, apresentamos, infelizmente, maus exemplos em praticamente todas as áreas

ambientais apontadas neste estudo como as mais degradadas. Em relação à nossa floresta, todos os anos acossada pelos incêndios mercê da ausência de uma verdadeira política florestal, constata-se a falta de um ordenamento que combata as manchas de coberto florestal contínuo de eucalipto, que aposte na limpeza, vigilância e prevenção, por um lado, e na valorização da sua riqueza económica e patrimonial, por outro. A falta de ordenamento do território, em que a construção e a pressão urbanísticas no litoral são o reverso do abandono e da desertificação do interior, ou o desprezo a que tem sido votada a política de conservação da natureza, debatendo-se o ICN (Instituto de Conservação da Natureza) e as entidades gestoras das reservas e parques naturais com gravíssimas dificuldades financeiras, reflectem o estado preocupante em que nos encontramos e em que o ambiente continua a não ser uma prioridade claramente assumida. É, sem dúvida alguma, significativo que, constituindo as áreas protegidas do nosso país cerca de 22% do nosso território continental, disponhamos apenas de 160 vigilantes da natureza. É igualmente significativo que, representando a nossa floresta 38% desse mesmo território, confiemos a pouco mais de 500 guardas florestais a vigilância de toda essa área.

Os investigadores portugueses que colaboraram no referido estudo promovido pelas Nações Unidas destacaram os problemas relacionados com a água e a sua qualidade, designadamente no que respeita às águas interiores e aquíferos subterrâneos e aos nossos rios, apontados como os ecossistemas em pior estado, sofrendo contaminações de diferentes fontes, desde as industriais às agrícolas e pecuárias, passando pelas da ocupação humana sem saneamento básico.

Num momento em que o nosso país atravessa uma grave seca, de proporções e consequências cujos reais contornos ainda são difíceis de calcular na sua totalidade, mas que desde já se antevêem extremamente graves e duradouros, a gestão do bem «água», que só pode ser de carácter público, transparente e claro, assume uma importância ainda maior. Neste âmbito, importa não só dar atenção ao cumprimento da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas como, ainda, promover a revisão da mesma no sentido de colmatar algumas lacunas, designadamente em relação à questão dos caudais ecológicos. Por outro lado, ou não fosse esta seca mais um sinal, à semelhança de outras catástrofes naturais a que assistimos por todo o globo, das alterações climáticas cujos efeitos se fazem sentir já hoje e aqui, importa implementar de forma urgente medidas tendentes a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa e a modernizar o nosso tecido industrial e produtivo, reduzindo a dependência energética do nosso país do exterior com recurso às energias alternativas.

É preciso, pois, a bem do ambiente e do desenvolvimento sustentável, harmonioso, com justiça e igualdade em Portugal, que a política de ambiente seja encarada com a transversalidade que lhe é característica e como um pilar fundamental de toda a política nacional.

Pela parte do Partido Ecologista «Os Verdes», estaremos sempre na primeira fila pelo desenvolvimento sustentável.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 16 horas e 10 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, sobre a situação da contratação colectiva de trabalho.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro do Trabalho: O Bloco de Esquerda solicitou este debate de urgência sobre a situação da contratação colectiva, esperando que dele venha a sair a vontade de uma maioria para assumir hoje uma alteração cirúrgica do Código do Trabalho com base nas propostas anteriormente feitas pelo PS, PCP e Bloco de Esquerda em sede de discussão na especialidade deste mesmo Código.

Duas questões centrais se colocam. A primeira é a de recolocar a função social deste ramo do Direito, tal como ela é recortada pela Constituição da República, afirmando que é à garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana que se reconduzem basicamente os valores do Direito do Trabalho, a grande «invenção jurídica» do século XX, como lhe chamou Alain Supiot. O que, de facto, nele se encontra em causa, a sua questão fundamental, é a pessoa humana, a pessoa do trabalhador e os seus direitos.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Foi o primado da pessoa humana e dos seus direitos que o governo das direitas pôs em

causa, afastando a especificidade do Direito do Trabalho e das regulamentações laborais portuguesas decisivamente a favor do patronato, pois não se pode tratar de forma igual o que, à partida e no caso vertente, à vista de todos, é desigual.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A Oradora: — A segunda questão central é a da necessidade de desbloquear a negociação e a contratação colectiva. Mesmo que se exalte que nos primeiros meses deste ano se negociaram 53 contratos, abrangendo cerca de 50 000 trabalhadores, regista-se que só dois deles, mais concretamente no âmbito das instituições de crédito, envolveram 45 541 trabalhadores. Em todos os restantes sectores, mesmo no sector público, a negociação e contratação colectiva continuam bloqueadas. O patronato continua, por vezes, a exigir «à cabeça» a introdução de uma cláusula de caducidade. O facto é que em 2004 foram publicados 161 instrumentos de regulamentação colectiva, abrangendo 601 000 trabalhadores, um número muito inferior ao registado no ano anterior, em que os contratos publicados ascenderam a 342 e representaram 1,5 milhões de trabalhadores. Ou seja, em 2004 houve menos 900 000 abrangidos. O acordo de 7 de Janeiro de 2005, celebrado em sede de concertação social, não resolveu o gravíssimo problema por que passam hoje as negociações e as convenções colectivas. Tal acordo não passou de mera encenação do patronato em período pré-eleitoral, pois, se agisse de boa-fé, teria de imediato retirado as escandalosas propostas que estavam à mesa de negociação.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A Oradora: — O patronato continua a apostar na caducidade das convenções colectivas. Como referiu o Deputado Artur Penedos no debate sobre o Código do Trabalho, «o Governo (...) apresentou (...) uma proposta de lei que configura um ‘míssil’ de grande potência que destruirá certamente muitas das expectativas dos mais desprotegidos».

Há, pois, que intervir decisivamente a favor da parte mais fraca nas relações de trabalho, os trabalhadores.

A situação da contratação colectiva é indissociável das novas regras estabelecidas pelo Código do Trabalho, mesmo que seja inegável que já antes havia dificuldades e bloqueamentos. Só que, consabidamente, o Código não resolveu os problemas, antes os agravou.

O Código do Trabalho tem um erro crasso à partida: pretende tratar precariedade e instabilidade social como sinónimos de competitividade e de produtividade.

Os países nórdicos, em particular a Finlândia, demonstram como é possível compatibilizar altos índices de competitividade e inovação com mais bem-estar social.

Recorde-se que os trabalhadores portugueses trabalham mais horas por semana do que a média dos europeus.

A produtividade e a competitividade das empresas portuguesas estão hoje assentes na mais elevada precariedade laboral da União Europeia a Quinze, na flexibilidade do mercado de trabalho e nos baixos salários, como é reconhecido pelas Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O País precisa de um novo modelo de desenvolvimento, assente na inovação tecnológica, numa nova concepção do Produto e numa nova e melhor organização do trabalho, com respeito pelos direitos dos trabalhadores, apostando no ensino e na formação profissional qualificantes.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro do Trabalho: O Bloco de Esquerda considera a necessidade imediata de corrigir a desumanidade mais conservadora das políticas das direitas no Código do Trabalho, nomeadamente: primeiro, fim da caducidade das convenções colectivas, permitindo que estas se mantenham em vigor até nova convenção; segundo, reintrodução do princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador, pois este é a parte mais fraca na relação de trabalho.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A Oradora: — O Bloco de Esquerda já apresentou as suas propostas para a revogação do Código do Trabalho.

Urge retomar a vivência democrática nas empresas e sectores.

Urge agir de imediato e cirurgicamente para restabelecer o direito à contratação colectiva.

Sr. Ministro, relembo aqui o que o então Deputado Vieira da Silva defendeu no debate do Código do Trabalho, em Janeiro de 2003: «As normas defendidas pelos partidos da maioria que apoiam o Governo, quanto à vigência e sobrevigência das convenções colectivas de trabalho, constituem mais um ataque à autonomia da negociação colectiva, um atestado de menoridade à liberdade sindical e um sinal das reais intenções desta proposta de lei.

Aquelas normas...» — disse — «... criam a possibilidade de fazer cessar convenções colectivas de trabalho sem que esteja assegurada alguma forma de regulamentação colectiva de trabalho, criando vazios

contratuais, o que implica a possibilidade de desprotecção de grupos de trabalhadores e a desregulamentação da concorrência entre empresas quanto aos custos do trabalho.

Os Deputados do Partido Socialista entendem que estas propostas constituem, por estas razões, graves e injustificados atentados ao direito de negociação colectiva».

Sr. Ministro, é hora de agir. O PS afirmou que reveria o Código do Trabalho em coerência com as propostas que apresentou na oposição. Conhecendo as propostas do PS, só podemos aguardar — e esse é o objectivo deste debate de urgência — a apresentação muito em breve de uma proposta de lei material que, no mínimo e para já, reveja estes aspectos do Código e possa beneficiar de um processo legislativo urgente na Assembleia da República.

Esperamos, assim, que se abra também a possibilidade de substituir o Código «Bagão Félix» por uma lei moderna e que respeite os direitos dos trabalhadores.

Sr. Ministro, o Bloco de Esquerda assume as suas responsabilidades. Pretendemos saber que responsabilidades assume o Governo.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Sr. **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social** (Vieira da Silva): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para saudar o Sr. Presidente e todas as Sr.^{as} e todos os Srs. Deputados nesta ocasião em que, pela primeira vez, como Ministro do XVII Governo, assumo a palavra nesta Câmara.

O debate de urgência que hoje nos reúne incide sobre uma matéria que está na primeira linha das preocupações do Governo. Há, de facto, uma crise na contratação colectiva e os números que a ilustram são preocupantes.

Em 2004, registaram-se os mais baixos valores dos últimos 20 anos, tanto em número de convenções celebradas como de trabalhadores abrangidos. Comparando os valores de 2004 com os apurados em seis anos anteriores, verifica-se que os 162 instrumentos publicados nesse ano não têm paralelo recente. As convenções publicadas em 2004 correspondem a 44,8% da média das convenções dos seis anos anteriores e o número de trabalhadores abrangidos corresponde a cerca de 41,9%. É esta a medida do descalabro da contratação colectiva, cujas causas e responsabilidade não podem nem devem deixar de ser apuradas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é a degradação da situação económica e social em 2004, nem qualquer, porque inexistente, diminuição da estrutura das organizações representativas de trabalhadores e empregadores que podem justificar o colapso repentino e abissal da contratação colectiva. As causas só podem ter origem nas alterações do Código do Trabalho, que entrou em vigor imediatamente antes da queda da contratação colectiva.

Aplausos do PS.

Desde o início, a nova legislação facilitou o caminho da crise da negociação, com a permissão de que as convenções colectivas existentes na data de entrada em vigor do Código pudessem ser imediatamente denunciadas e desencadearem os efeitos ligados ao regime da sobrevigência das convenções para apressar a caducidade das mesmas.

A maioria anterior não teve capacidade de prever a queda da contratação colectiva e, quando ela ocorreu, nada conseguiu fazer para a estancar.

Vozes do PS: —Muito bem!

O **Orador**: — Felizmente, o ano de 2005 começou com sinais positivos: foi assinado um acordo bilateral entre confederações patronais e sindicais e o primeiro trimestre do ano fechou com 54 convenções colectivas publicadas, abrangendo perto de 190 000 trabalhadores. É certo que parte dessas convenções publicadas no primeiro trimestre de 2005 ainda foram celebradas e mesmo depositadas em 2004. No entanto, no início de 2005, foram já apresentadas até esta data, para depósito, 75 convenções e uma decisão arbitral.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Confirmam-se, assim, sinais positivos.

No entanto, esta dinâmica não nos pode tranquilizar. Na verdade, se a crise da contratação colectiva

tem raízes profundas no nosso sistema de relações profissionais, nunca como agora essa crise ganhou contornos tão flagrantes, motivada que foi pela aprovação de um Código do Trabalho com soluções erradas.

Aplausos do PS.

Dado o tempo já decorrido desde a entrada em vigor do Código do Trabalho e da respectiva regulamentação, seria expectável que fossem adoptadas medidas correctivas, mas não foi essa a postura da anterior maioria. Por exemplo, não se fez tudo o que seria necessário, eu diria que nada se fez, para resolver o impasse do procedimento da arbitragem obrigatória.

Por outro lado, neste momento, perante a crise da contratação colectiva, o Governo, ainda que o quisesse, e a título excepcional, já não pode intervir com recurso a regulamento de condições mínimas nem mesmo, sequer, determinar uma efectiva arbitragem obrigatória.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao efectivo e sério problema da obsolescência da contratação o Código do Trabalho veio, pois, responder com um não menos sério problema do vazio convencional.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Perante a crise que se instalou, não se pode ficar de braços cruzados à espera que ela se resolva. E a agenda do Governo é simples: três caminhos têm de ser percorridos. Em primeiro lugar, e inevitavelmente, há que produzir alterações ao Código do Trabalho. Esta é a nossa posição. Temos um Programa que foi apresentado aos portugueses e que pelos portugueses foi sufragado. Vamos simplesmente cumpri-lo!

Aplausos do PS.

Mas, que ninguém se iluda, o Governo acredita no valor estratégico da concertação social. Ela não é para nós nem uma incómoda obrigação nem um álibi para a inacção.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Vamos rever o Código e daremos absoluta prioridade às alterações que visem pôr fim à crise da negociação colectiva. Mas fá-lo-emos apresentando as nossas propostas na concertação social e procurando consensos, com seriedade, mas com sentido de urgência. Esta não pode deixar de ser uma prioridade. E sê-la-á!

Também não posso deixar de afirmar aqui outro sinal claro da nossa determinação. Ninguém julgue que, nesta matéria, a busca de consensos nos paralisará. Estamos perante uma lei da República. É à Assembleia da República que compete sobre ela decidir, e é ela que decidirá. Este Código foi aprovado sem acordo social e sem um mínimo de procura de consenso nesta Casa, na Casa da República. Tudo faremos para que a sua revisão não siga a mesma lógica de arrogância e de autismo político.

Aplausos do PS.

A Assembleia da República vai exercer em pleno a sua legitimidade suprema e nela o Governo apresentará as suas propostas, como lhe compete e como se comprometeu perante os portugueses.

Mas há também que, após esta revisão, trilhar um caminho difícil mas obrigatório: o de promover um pleno funcionamento do sistema de mediação e de arbitragem, incentivando a realização da arbitragem obrigatória sempre que uma das partes o solicite, evitando, assim, o caminho do vazio convencional.

Finalmente, o terceiro caminho é o do recurso aos mecanismos de extensão de convenções colectivas, que, apesar de terem, hoje, um campo limitado, poderão ainda, nalguns casos, evitar que áreas importantes da economia se situem nessa zona de vazio contratual.

Em síntese, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não é a caducidade das convenções que constitui o problema. O problema é o vazio contratual que ameaça minar as nossas relações laborais e o seu equilíbrio. Disse-o aqui aquando da discussão do Código do Trabalho e reafirmo-o aqui como membro do Governo da República.

Aplausos do PS.

Acreditamos que existem soluções para valorizar a negociação colectiva, para pôr fim ao immobilismo, para evitar a atomização e a individualização das relações de trabalho. As nossas propostas são, hoje, no Governo, as que apresentámos na oposição, e cremos que são justas, equilibradas e que podem e devem ser eficazes.

O Governo tenciona prosseguir uma estratégia de transformação modernizadora da legislação laboral,

capaz de conciliar o aumento da capacidade de adaptação das empresas, absolutamente imprescindível, com os direitos de cidadania dos trabalhadores.

Não desistiremos de conciliar esses objectivos, que são cruciais para o futuro da economia e da sociedade portuguesa.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início à primeira ronda de pedidos de esclarecimento.
Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Ramalho.

O Sr. **Vítor Ramalho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, a interpelação que o Bloco de Esquerda aqui nos traz coloca uma questão essencial para o desenvolvimento económico, que tem a ver com a auto-regulamentação colectiva dos interesses que se desenvolve na aproximação entre os parceiros sociais, neste caso entre os sindicatos e as associações patronais.

O que está aqui em causa é saber se, neste país — que é o que existe e não um qualquer outro —, o enquadramento normativo que foi adoptado na recente aprovação do Código do Trabalho nesta Assembleia responde ou não à realidade no domínio da auto-regulamentação dos interesses colectivos, sabendo sobre tudo que há, em função das estatísticas que foram aqui abundantemente referidas pelo Sr. Ministro do Trabalho e que são insofismáveis, um bloqueio na contratação colectiva de trabalho. Isto é naturalmente nefasto à realidade do desenvolvimento, à realidade económica e à realidade social, por uma razão absolutamente evidente, que é a seguinte: nas condições actuais do País, é absolutamente indispensável que a participação dos agentes económicos (e eu diria dos cidadãos) se dê em pleno relativamente a objectivos que são consensuais, sendo que essa consensualidade quanto ao desenvolvimento do País, na indispensável comparação com os demais países do plano europeu, é inadiável.

Neste quadro, existindo um bloqueio, perguntar-se-á como é que a realidade pode ser superável, se isto tem a ver directamente com os parceiros sociais ou também com a legislação. Naturalmente, tem a ver com a legislação. É óbvio que as partes têm um papel absolutamente determinante na sua auto-responsabilização, mas gostaria de recordar que, para além da negociação em si, os executivos todos têm também um papel dinamizador desta acção, desde que haja uma legislação que responda à realidade do momento de cada país.

Ora, o Partido Socialista (o Sr. Ministro veio aqui em nome do Governo e compete-me a mim referi-lo) sempre deu provas de que com ele no governo a incentivação da auto-regulamentação de interesses, mesmo em períodos históricos complicados, é uma realidade.

Recordo que 1983, por exemplo, ano em que houve a segunda intervenção do FMI — a primeira foi no I Governo Constitucional, também sob a égide do Partido Socialista —, apesar da crise, foi o ano em que a contratação colectiva maior número de instrumentos de regulamentação de trabalho livremente outorgados alcançou em Portugal, em relação aos anos precedentes. Num período subsequente, também bastante difícil, em 1995, as políticas de proximidade que foram seguidas, entrecruzadas com a contratação colectiva, sobretudo nas empresas, permitiram reforçar esta coesão, na lógica da dinamização da auto-regulamentação de interesses, alcançando-se, por via disso, acordos importantes na contratação colectiva e, por via dela, na própria concertação social.

Quero, aliás, recordar que a concertação social é obra do Partido Socialista. Devo dizer que não sou daquelas pessoas que atira pedras ao passado, mas é bom que tenhamos balizas de determinação dos objectivos que os governos prosseguem. Quero recordar que, na altura em que a concertação social foi criada, em 1983, uma das confederações sindicais opôs-se-lhe durante três anos, legitimamente, e só em 1986 acabou por entrar para a comissão permanente da concertação social, o que significa que o Partido Socialista, ao tempo, tinha razão.

Refiro este aspecto porque o Sr. Ministro já disse, e muito bem, que é indispensável ser feita esta revisão do Código no domínio da auto-regulamentação de interesses e na contratação colectiva, e sê-lo-á na lógica da audição dos parceiros sociais e na perspectiva que focou, e muito bem.

Concluindo direi que este é um desígnio nacional. O Sr. Ministro apontou caminhos claros. Não veio aqui com tergiversações ou dúvidas, veio, no fundo, sufragar aquilo que o Partido Socialista, na campanha eleitoral, disse que ia fazer e que o Governo, naturalmente com compromissos absolutamente seguros, não pode deixar de manter.

É este o caminho, Sr. Ministro, e a bancada do Partido Socialista saúda-o por essa razão, bem como pela sua intervenção clara neste domínio.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pais Antunes.

O Sr. **Luís Pais Antunes** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao

fazer uso da palavra nesta Câmara pela primeira vez, gostaria, na pessoa no Sr. Presidente da Assembleia da República, de dirigir uma saudação especial a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados e transmitir o orgulho que sinto por fazer parte desta ilustre Assembleia, aproveitando também para saudar o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e o Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional na primeira vez em que nos defrontamos nesta sede.

Percebem-se mal os motivos que estão na origem deste debate de urgência, por razões que direi de seguida. Mas percebe-se bem que uma matéria de significado tão fundo como a da contratação colectiva seja objecto de vários debates nesta Assembleia, pois é uma matéria que nem sempre tem sido aqui trazida (e, desse ponto de vista, o momento é positivo), pelo que é importante que possamos ter uma primeira troca de impressões e de ideias sobre esta matéria.

Qual a razão por que se percebe mal que seja um debate de urgência? Porque, por coincidência ou talvez não (e eu diria certamente que não), o primeiro trimestre de 2005 foi, quer queiram quer não, o primeiro trimestre dos últimos oito anos em que maior número de convenções colectivas foi celebrado e depositado no Ministério do Trabalho. Por conseguinte, falar de bloqueio da contratação colectiva no preciso momento em que se atinge o resultado mais alto dos últimos oito anos, em que a média de convenções depositadas (tirando o ano de 2004, que é um ano excepcional) é de 34,7, é confundir o que é uma situação histórica difícil e que tem de ser combatida, que diz respeito aos fracos números da contratação colectiva, mas que não é certamente uma situação de bloqueio.

Em segundo lugar, é preciso saber analisar os números. O ano de 2004 é, de facto, reconhecidamente, todos o sabemos, um ano mau do ponto de vista dos números de contratação colectiva, em Portugal. Mas é um número mau sobretudo no primeiro trimestre; é ainda um número mau, mas menos mau, no segundo trimestre, e é mau, mas menos mau, no terceiro trimestre. No quarto trimestre, quando já está em vigor não apenas o Código do Trabalho mas a sua regulamentação, esse número já está ao nível da média dos oito anos anteriores. O quarto trimestre de 2004 é pois um trimestre já em velocidade de cruzeiro. Em 2005, pela primeira vez, repito, ultrapassa-se, e muito, aquilo que é a média dos números da contratação colectiva nos últimos anos.

Em terceiro lugar, gostaria de saudar e partilhar a posição que aqui foi transmitida pelo Governo — posição já assumida no tempo em que o Partido Socialista era oposição — no sentido de que o problema não é a caducidade mas o vazio contratual. Isto porque, sejamos claros, a solução plasmada no Código do Trabalho não é substancialmente diferente (eu diria que é substancialmente idêntica) daquela que vigora em países que nos são próximos, como a Espanha, a Itália, a França e a Alemanha. Que eu saiba, e as Sr.^{as} e Srs. Deputados sabê-lo-ão tão bem ou melhor do eu, os números da contratação colectiva em Espanha são 10 vezes superiores aos nossos e os números da contratação colectiva na Alemanha são-no 100 vezes. Portanto, não é pelo facto de existirem mecanismos de caducidade que há menos convenção colectiva em Portugal, a razão tem a ver com uma falta de tradição, que eu diria imputável aos dois lados da mesa das negociações, na celebração de contratações colectivas e naquilo a que vulgarmente se chama o diálogo social.

Em quarto lugar, gostaria de assinalar de forma muito breve que não percebi quais as alterações que o Governo do Partido Socialista pretende introduzir. Foi referido que essas alterações seriam feitas na linha das propostas apresentadas pelo PS quando da discussão do Código do Trabalho, mas, tanto quanto me lembro (e perdoar-me-ão alguma falha de memória), as propostas que o Partido Socialista apresentou nessa altura conduziam-se, em mais de 95% dos casos, a pura e simplesmente deixar na lei aquilo que estava na legislação anterior. Se é essa a ideia do Partido Socialista, estamos certamente mal, porque, como todos sabem, a contratação colectiva no passado não ficou menos bloqueada por causa disso.

Para concluir, gostaria apenas de sublinhar um aspecto que me parece importante. Faz parte do Programa do Governo, tendo sido aqui reafirmado pelo Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, a sua pretensão de promover uma alteração legislativa que vise assegurar o pleno funcionamento da arbitragem obrigatória, tornando-a possível sempre que solicitada.

Gostaria que o Governo explicasse a esta Câmara até que ponto uma solução dessa natureza é compatível — e na minha opinião e na opinião do PSD não é — com a Convenção n.º 98 da OIT e, em particular, com a recomendação feita pelo Comité de Peritos da OIT, que, manifestamente, afastam a possibilidade de a arbitragem obrigatória ser decretada a simples pedido de uma das partes, ainda que existam dificuldades negociais.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, a premência das premências relativamente ao Código do Trabalho — e neste aspecto a intervenção de V. Ex.^a não me sossegou nada — é a revogação da parte relativa à contratação colectiva. Fez-se publicidade enganosa com o Código do Trabalho, quando se afirmou que a contratação iria ser dinamizada.

Já foram dados aqui alguns números, e os resultados estão à vista: em 2003, estavam abrangidos pelas convenções colectivas então revistas e publicadas 1 512 200 trabalhadores, mas em 2004, já com o Código do Trabalho em vigor desde Dezembro de 2003, o número baixou para 600 500 trabalhadores. E os dados relativos ao inicio deste ano também não deixam sossego, tanto mais quanto é certo que está iminente a caducidade de convenções colectivas de trabalho, que referirei especificamente na minha segunda intervenção, sendo que esta é que determina vazios contratuais. Por isso, a questão da caducidade é muito importante.

O regime que está em vigor contém todos os mecanismos para beneficiar os infractores. As entidades patronais, que só lucram com o entorpecimento da contratação colectiva, aguardam olímpica e serenamente que as convenções caduquem, esgotados os prazos previstos no Código do Trabalho.

O que se pretende com o regime em vigor é, ao fim de contas, domar os sindicatos e pôr na ordem os trabalhadores, obrigando-os a desistir das suas reivindicações justas, nomeadamente as salariais, porque para a ideologia neoliberal, de que enferma o Código, os trabalhadores devem submeter-se aos interesses económicos, desistir de lutar pelos seus direitos e pela justiça social e desistir mesmo da sua representação por este ou por aquele sindicato e da cidadania, à porta da empresa.

Dando voz às angústias e receios de ver caducar os contratos colectivos de trabalho, recordo que o primeiro projecto de lei que o PCP apresentou dizia respeito apenas à revogação do actual regime de contratação colectiva e a sua substituição por outro, mas, perante a anunciada demora na revisão das leis do trabalho, que foi patente também na intervenção do Sr. Ministro, o PCP apresentou já um outro diploma, visando a suspensão das normas relativas à caducidade das convenções colectivas e a reposição do regime anterior relativo à renovação automática das mesmas.

Como eu disse, de facto, há alguns sinais preocupantes resultantes da intervenção do Sr. Ministro, mas também resultantes, por exemplo, de um despacho do Sr. Director-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, de 7 de Abril do corrente ano, em que afirma a caducidade do CCT para o Sector da Cordoaria e Redes.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Assim, as medidas anunciadas são mais do que manifestamente insuficientes.

Basta-se o Governo com a adesão individual dos trabalhadores a convenção que não é a do seu sindicato, como está afrontosamente afirmado num acordo de empresa com a Companhia das Lezírias? Basta-se o Governo com a mediação e arbitragem? Se assim for, continuará por realizar plenamente o direito à contratação colectiva, que tem consagração constitucional.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, permita-me, antes de mais, que o cumprimente a si e ao Sr. Secretário de Estado, nesta minha primeira intervenção no Parlamento com a vossa presença.

No entender do CDS-PP, estamos perante um debate frustrado: primeiro, porque percebemos que, para a esquerda, uma lei de trabalho moderna é repescar as anteriores leis de trabalho, que, recorde-se, nesta matéria da contratação colectiva é um regime que data de 1979; segundo, porque o Sr. Ministro veio aqui e reafirmou um conjunto de coisas que o Partido Socialista disse quer antes das eleições quer depois, mas, felizmente, a realidade dos factos e dos números relativos ao ano corrente, isto é, ao primeiro trimestre de 2005, desmentem o que tem sido o entendimento do Partido Socialista nesta matéria.

O Sr. **Jorge Strecht** (PS): — Não é verdade!

O **Orador**: — A verdade é que no primeiro trimestre de 2005 registou-se o mais alto nível de depósitos de convenções colectivas desde 1997, isto é, nos últimos oito anos.

Vozes do CDS-PP: — Essa é que é essa!

O **Orador**: — E se é verdade que todos nós desejámos que o mecanismo das convenções colectivas e o nível dos depósitos fosse muito superior a este — é uma coisa que penso que é assumida por todos, Governo, oposição, trabalhadores e entidades patronais, o que é uma espantosa coincidência —, também é verdade que ninguém pode dizer, em abono da verdade e em consciência, que as alterações feitas pelo novo Código do Trabalho não têm já uma consequência visível, que são os números de 2005.

A contratação colectiva é, no entender, por exemplo, do Prof. Gino Giugni, o instituto mais típico do Direito do Trabalho e é através desta sede de livre e responsável formação da vontade das partes, elimi-

nando os bloqueios, que o Direito do Trabalho pode evoluir e pode evoluir para mecanismos mais moderados, como acontece noutros países à escala europeia.

Infelizmente, no nosso sistema das relações laborais ainda temos muitas convenções colectivas que foram feitas à medida de um mundo que já passou, à medida de um mundo que nada tem a ver com a realidade dos dias de hoje. E a verdade é que as alterações que foram introduzidas no Código do Trabalho começam agora a dar os seus frutos e estão a tentar fazer uma revitalização do Código do Trabalho.

É por isso, Sr. Ministro, que lhe quero perguntar, de uma forma muito directa, o seguinte: está ou não o Governo disponível para fazer uma avaliação séria, global e sem preconceitos ideológicos do novo Código do Trabalho? Estão ou não o Governo e a bancada do Partido Socialista disponíveis para fazer esta avaliação, respeitando, nomeadamente, o prazo imperativo de revisão do Código do Trabalho, que também é uma novidade que nos parece muito assinalável e muito feliz? Que alterações concretas é que o Governo quer apresentar nesta matéria? O Governo vai respeitar a vontade dos parceiros sociais e vai ouvir o que os parceiros sociais têm dito em relação a esta matéria, uma vez as leis de trabalho são leis que têm de ser feitas em diálogo não só com os partidos políticos mas também com os parceiros sociais? É fundamental saber se o Governo vai respeitar o que os parceiros sociais têm a dizer.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, gostaríamos de registar, em primeiro lugar, que V. Ex.^a reconhece a crise na contratação colectiva e a actualidade e urgência deste debate.

É para nós importante que fique claro que as alterações ao Código do Trabalho serão votadas nesta Assembleia e que nada ficará paralisado na concertação social, aliás, porque são públicas as ameaças das entidades patronais nesta matéria.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — Não somos tão optimistas como o Sr. Ministro em relação aos números dos trabalhadores abrangidos nos primeiros meses deste ano pelos contratos publicados, pois, como sabemos — e, certamente, o Sr. Ministro sabê-lo-á tão bem ou melhor do que nós —, estão bloqueados os contratos que abrangem milhares de trabalhadores.

Por outro lado, gostaríamos de deixar uma questão, para que o Sr. Ministro ainda se possa ainda pronunciar sobre ela, porque, do nosso ponto de vista, nas saídas que o Governo apresentou há uma zona nebulosa, que era importante ser clarificada perante esta Assembleia, que se prende com a arbitragem obrigatória.

A este respeito, gostaríamos de perguntar ao Governo se será este o caminho que vai seguir para desbloquear esta situação, mesmo sabendo que vai contra os pareceres da Organização Internacional do Trabalho, que consideram que o recurso à arbitragem obrigatória em muitas situações viola o próprio direito à contratação colectiva e é limitador desse mesmo direito. Será este o caminho que vamos seguir para desbloquear esta situação?

Já agora, Sr. Ministro, permita-me que contrarie uma das suas afirmações: o problema está, de facto, na caducidade dos contratos...

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A Oradora: — ... e é esta mesma caducidade que leva ao vazio laboral e é este o risco que ainda hoje corremos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, esta questão da contratação colectiva espelha muito bem o que resulta do Código do Trabalho: a fragilização da posição dos trabalhadores, uma forma de encontrar mecanismos menos favoráveis aos trabalhadores para a regulação das relações de trabalho, retirando direitos de participação aos trabalhadores na vida das empresas.

Neste momento, assistimos, em Portugal, em muitos sectores, ao adiamento pelas entidades patronais das negociações por forma a chegar ao «brinde» que o Código do Trabalho lhes oferece: justamente, a caducidade dos contratos colectivos de trabalho. Portanto, Sr. Ministro, este é, de facto, o problema. E o facto de o Sr. Ministro considerar que o problema não reside aqui é, desde logo, um mau sinal, por-

que significa que este Governo, eventualmente, não dará ou não pretende dar a devida urgência à revogação deste ponto concreto do Código do Trabalho.

Há sectores que não viram publicado um único contrato colectivo de trabalho este ano; no ano de 2004, comparando com os números de 2003, como já aqui foi referido por diversas vezes hoje, foram mais de 900 000 os trabalhadores que deixaram de estar abrangidos pela negociação colectiva. O Código do Trabalho teve, entre outros objectivos, o de dar uma «machadada» na contratação colectiva. O objectivo do, então, governo PSD/PP com o Código do Trabalho está a ser conseguido, Srs. Membros do Governo do PS: a fragilização da posição dos trabalhadores, a desvalorização do papel dos sindicatos, o reforço da posição das entidades patronais, a pretexto da sempre alegada competitividade e produtividade, como se estas se alcançassem com relações de trabalho baseadas na insegurança dos trabalhadores, na desilusão, no descrédito, no retrocesso da relação entre as partes envolvidas.

Por outro lado, gostava ainda de referir que o sistema de arbitragem obrigatório, que o Sr. Ministro aqui referiu, não resolve o problema, ou seja, a caducidade dos contratos, na medida em que esta arbitragem obrigatória até predispõe, obviamente, as entidades patronais para a não negociação. O fim da caducidade dos contratos, este, sim, não predispõe, obviamente, as entidades patronais para a não negociação.

Mas a pergunta que também gostaria de fazer ao Sr. Ministro é a seguinte: o Governo vai criar comissões, grupos de trabalho, para alterar, para rever o Código do Trabalho? Quando é que o Governo prevê que esteja concluída esta revisão? Isto, Sr. Ministro, para lhe dizer cara a cara que o problema da caducidade dos contratos colectivos de trabalho não se compadece com mais demoras nem com meses e meses de trabalho sobre a revisão do Código do Trabalho, é um problema que urge resolver, de imediato.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Sr. **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de reflectir convosco acerca de alguns dos pontos que foram colocados pelas intervenções das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados, e, na medida do possível, também completar algo que não pude dizer anteriormente, dada a dimensão sempre curta da intervenção que pude fazer da tribuna.

Há uma questão prévia que provavelmente nos dividirá aqui, nesta Assembleia, mas que para o Governo é muito clara: acreditamos efectivamente ser possível modernizar a economia portuguesa, dar passos no sentido de uma maior competitividade das nossas empresas na economia global e conciliar estes objectivos fundamentais com a defesa dos direitos dos trabalhadores, dos seus direitos de cidadania e da sua liberdade sindical. Acreditamos nisto e todas as nossas propostas no domínio da legislação laboral ou em qualquer outra área das políticas sociais, e não só, vão neste sentido.

O nosso país, a nossa comunidade, a nossa sociedade não pode prescindir de qualquer um destes dois pilares, não pode ficar presa ao passado do ponto de vista de relações sociais ultrapassadas, nem pode fazer uma corrida para o fundo no sentido da desregulamentação, porque sempre haverá outros que podem fazer uma desregulamentação mais eficaz na concorrência internacional. Não é este o nosso caminho. O nosso caminho é difícil mas é o único que vale a pena, é o caminho de conciliar competitividade, coesão e direitos individuais e colectivos.

Quanto à segunda questão, a dos números da contratação, podemos dar todas as voltas que quisermos aos números. Há duas realidades muito objectivas, que afirmo sem qualquer dificuldade: uma é que os dados de 2004 se traduziram num colapso da contratação colectiva e a outra é que os primeiros dados de 2005, que também precisam de ser analisados com muito cuidado, significaram uma reanimação importante da contratação colectiva.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a questão que se coloca não é a de saber se o Código do Trabalho vai permitir aproximar-nos dos níveis de contratação colectiva que tínhamos antes dele, porque eles já eram maus, porque a contratação colectiva já estava bloqueada em muitos sectores, em muitas actividades. Qualquer código laboral que pretenda modernizar o sistema de relações de trabalho tinha de ser um código laboral que impulsionasse declaradamente a contratação colectiva e isto, obviamente, este Código não está a fazer.

Quem nos dera, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que daqui a uns meses possamos dizer que, em 2005, se assistiu a uma recuperação em todos os trimestres, a uma recuperação histórica dos valores da contratação. Infelizmente, estou pouco convencido disto, mas estou convencido, porque tal está a começar a acontecer, da existência de convenções colectivas que começam a caducar e a lançar milhares e milhares de trabalhadores no vazio contratual, numa atomização das suas relações de trabalho, numa individualização das suas relações de trabalho, e isto não é aceitável.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — É verdade!

O Orador: — Porque, Sr. Deputado Luís Pais Antunes, com todo o respeito e saudando a sua intervenção, o problema é que ficarmos longe do avanço para uma maior contratação colectiva é uma derrota, é uma derrota de um código laboral moderno e é isto que não podemos aceitar. Queremos legislação laboral que incentive a contratação e não apenas que se limite a não ser muito pior do que aquela situação que vivíamos há uns anos atrás.

Protestos do Deputado do CDS-PP Pedro Mota Soares.

Quanto à terceira questão, a da caducidade, ela é, provavelmente, uma questão que nos divide, mas reafirmo que o problema não é o da caducidade, é, sim, o do vazio contratual.

Sobre esta crise, há duas respostas possíveis: a resposta do passado e a do futuro.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Qual futuro?!

O Orador: — A resposta do passado é dizer que, face às dificuldades existentes, então, vamos repor a legislação tal qual existia, vamos permitir que as convenções existentes permaneçam, provavelmente por mais cinco, por mais 10, por mais 15 anos, como nalguns casos acontecia, para mal da economia portuguesa, para mal dos trabalhadores portugueses, para mal do nosso futuro. Este regresso ao passado não é o nosso caminho. Queremos um salto em frente, um salto para o futuro.

Protestos do Deputado do CDS-PP Pedro Mota Soares.

É evidente que ele passa por assumir, naturalmente, que as convenções e os acordos colectivos podem caducar, mas também que há mecanismos na legislação que não só limitam os riscos disso acontecer como oferecem alternativas de regulamentação que defendem os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

A solução que conhecemos — apresentem-nos outra, se tiverem melhor! — é a de recorrer à arbitragem obrigatória, se necessário, no pleno respeito pelas leis da República, pela Constituição e pelas orientações das organizações internacionais. Este é o nosso caminho e, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tenho todo o à-vontade para dizer que nunca irão encontrar nas declarações que aqui fiz, enquanto Deputado, na última Legislatura, afirmações com as quais eu conviva tão bem como aquelas que há pouco foram referidas pela Sr.^a Deputada do Bloco de Esquerda, porque aquilo que eu disse é exactamente aquilo que mantenho.

Aplausos do PS.

A proposta que o PS apresentou, no que toca à questão da caducidade e revogação dos acordos colectivos, é exactamente a que temos na proposta de revisão do código laboral. E, obviamente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não nos venham dizer a nós, não venham dizer a este Governo, não nos venham questionar, aliás, não me passa pela cabeça que tenham dúvidas sobre se o Governo vai ou não ouvir os parceiros sociais!

O Sr. Vítor Ramalho (PS): — Claro!

O Orador: — Não seremos nós que produziremos legislação cuja constitucionalidade seja posta em causa por não ouvirmos os parceiros sociais. Outros o fizeram, no passado, mas nós nunca o faremos!

Aplausos do PS.

Faremos avaliação, é certo que a faremos, e cumpriremos o nosso Programa, o qual é muito claro: há questões urgentes e imediatas, dentro das quais se coloca a da contratação colectiva; apresentaremos aos parceiros sociais, na primeira ronda da concertação social, propostas nesta área mas assumimos que há outras áreas do Código do Trabalho que, conforme o Programa do Governo, que foi também o programa eleitoral com que nos candidatámos e com o qual vencemos as eleições, merecem uma avaliação independente e cuidadosa que dê origem a uma revisão mais em profundidade da actual legislação laboral.

Sr. Deputado Mota Soares, esperava muita coisa, mas ouvir a possibilidade de estarmos neste debate com preconceitos ideológicos é que eu estaria longe de ouvir. É que se houve marca no actual Código do Trabalho foi a do preconceito ideológico.

Aplausos do PS.

Esse foi o código genético deste Código do Trabalho!

De nós não terão qualquer posição de fecho à discussão com os parceiros sociais e não terão, nunca, uma posição de fecho ao debate na Assembleia da República. Estamos a falar do Código do Trabalho, de uma lei estruturante da economia e da sociedade portuguesa, que foi aprovado pela anterior maioria sem aceitar uma única das propostas da oposição.

O Sr. **Vítor Ramalho** (PS): — Exacto! É verdade!

O **Orador**: — Essa é a realidade! Não será esse o nosso comportamento, assim os Srs. Deputados da oposição tenham a capacidade...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — De vos agradar!

O **Orador**: — ... de fazer boas propostas, para nós as podermos considerar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, peço desculpa mas quero informá-lo de que beneficia de tempo cedido pelo Grupo Parlamentar do PS.

O **Orador**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que já respondi de forma suficientemente clara à questão da espera que se pode antever desta nossa postura, que, a meu ver, é muito clara: nada faremos sem o discutir na concertação social, mas não ficaremos paralisados pela concertação social; depois da apresentação, do debate e da procura de consensos, se eles existirem, muito bem, se não existirem, tanto pior, mas as propostas serão apresentadas à Assembleia da República.

E também já disse que há aqui dois tempos: um tempo para apresentar as propostas que consideramos de urgência — e, obviamente, as que têm a ver com a contratação colectiva estão neste plano — e outro tempo para debater mais em profundidade e apresentar propostas relativas a outras áreas, também importantes, do código laboral. Este será o nosso tempo!

Como disse na minha intervenção inicial, não nos vamos escudar com o tempo da concertação, do consenso e do diálogo, mas não vamos prescindir desse diálogo e dessa busca de consenso na concertação social. Isto significa que, muito rapidamente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, terão o prazer de ter aqui, na Assembleia, e, naturalmente, de as discutir, as propostas do Governo para as alterações que consideramos urgentes no código laboral.

Relativamente à contratação colectiva, posso, desde já, facilitar a vida dos Srs. Deputados, dizendo que as nossas propostas não serão muito diferentes daquelas que apresentámos quando estávamos na oposição, serão, muito provavelmente, iguais.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar a segunda ronda de pedidos de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Strecht.

O Sr. **Jorge Strecht** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, com a sua intervenção, uma questão ficou clara: a marca ideológica que a direita procurou imprimir ao Código do Trabalho.

A direita esquece-se que a evolução do direito do trabalho é exactamente no sentido da subversão do contrato individual e, portanto, do trabalhador atomizado face à entidade patronal. A direita sabe, ou ignora, mas se ignora faz mal, que o contrato de trabalho é definido, por natureza, pela subordinação jurídica de uma parte a outra parte e, nessa medida, toda a história do direito do trabalho foi uma tentativa de igualizar, de colocar os parceiros sociais em pé de igualdade.

A lógica deste Código do Trabalho, embora atenuada, um pouco — estou de acordo consigo —, na ponta final, era a de retomar a ideia do trabalhador atomizado face ao empregador, o que significava um retrocesso de um século e não de dias ou de meses.

O que o Sr. Ministro do Trabalho diz, e com razão, é uma coisa muito simples: modernizar significa colocar os parceiros sociais em pé de igualdade e propiciar-lhes uma contratação que reja de uma forma equânime e com real especificidade os sectores concretos a que se dirige. Isto é a modernidade! Portanto, um Código do Trabalho que atinge o desiderato que este atinge é, manifestamente — têm de o reconhecer, se estiverem de boa fé —, um claro retrocesso.

Como disse, e muito bem, o Sr. Ministro do Trabalho, deveríamos esperar mais e, afinal, temos menos. Os mecanismos consagrados são, claramente, retrógrados, insuficientes e castradores da efectiva autonomia das partes e da efectiva auto-regulação no domínio laboral.

Mais: de facto, ou caminhamos para a Malásia ou caminhamos no sentido do norte da Europa; ou caminhamos para uma desregulação, sempre passível de sofrer a competição de países mais desregulados, onde o *dumping* social é mais forte, ou caminhamos em direcção à modernidade e à resposta

efectiva à globalização, que os países do norte da Europa claramente consagram e, de resto, são os únicos que têm conseguido resolver o problema da produtividade, da competitividade e da defesa intransigente dos direitos de cidadania dos trabalhadores.

A Sr.^a **Manuela Melo** (PS): — É isso mesmo!

O **Orador**: — Portanto, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, conte connosco. O País conta com o Governo.

Espero do Sr. Ministro e do Governo que cumpram aquilo que prometeram aquando das eleições e que agora, aqui, reafirmou, em coerência com o que nos comprometemos, com clara lealdade e transparência na vida política: propor, ganhar e cumprir.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arménio Santos.

O Sr. **Arménio Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: A contratação colectiva é um instrumento essencial para as relações de trabalho, sendo importante para as empresas e trabalhadores, bem como para as relações económicas e sociais do País. Esta é uma questão de princípio e, seguramente, todos partilhamos dela.

O Código do Trabalho, ao contrário daquilo que aqui foi afirmado, não visou dificultar a contratação colectiva. De resto, um dos seus objectivos era e é o de dinamizar a contratação colectiva, tal como está corporizado no acordo social sobre contratação colectiva, celebrado em Janeiro último, entre todas as confederações sindicais e patronais.

Todas as confederações sindicais e patronais accordaram e celebraram um conjunto de compromissos importantes, com mecanismos e procedimentos no sentido de facilitar e estimular a contratação colectiva que, de facto, estava e continua ainda em crise.

Visou esse acordo, por exemplo, a introdução de novos conteúdos nas convenções colectivas e acordos de empresa, como a qualificação profissional dos trabalhadores, a inovação, a produtividade e a melhoria das condições de vida de quem trabalha. Visou também a integração, nas convenções, de normas consagradoras de meios mais expeditos para a resolução de conflitos ou bloqueios negociais, como a conciliação, a mediação e a arbitragem voluntárias. Isto porque a arbitragem obrigatória consagrada na lei teve origem numa proposta (da autoria do Partido Socialista ou de uma central sindical) apresentada em sede de concertação social na fase de debate e de apreciação da iniciativa do governo anterior sobre o Código do Trabalho.

Sr. Presidente, estas e outras situações previstas nesse acordo celebrado entre as confederações patronais e sindicais ainda não foram testadas nem tiveram oportunidade de revelar as suas potencialidades e virtudes no processo da livre negociação colectiva, mas os resultados no primeiro trimestre, como aqui foi reconhecido, são claramente positivos.

Do nosso ponto de vista, penso que é preciso sermos sérios. A flexibilidade equilibrada das leis laborais, da contratação colectiva, desde que no respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores, não significa necessariamente lesar os interesses de quem trabalha.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Pelo contrário, é uma necessidade para garantir a competitividade da nossa economia e mesmo uma oportunidade para permitir a criação de elevados níveis de emprego e a melhoria sustentada das condições de vida dos trabalhadores portugueses. Daí que qualquer alteração ao Código do Trabalho deva ter sempre presente dois grandes objectivos: em primeiro lugar, respeitar os direitos essenciais dos trabalhadores e o modelo social europeu que convictamente defendemos; em segundo lugar, adaptar com realismo as leis à evolução das relações económicas, em ordem a não prejudicar a competitividade das nossas empresas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Se o Governo tomar a iniciativa de alterar o actual Código do Trabalho, naturalmente que cá estaremos para apreciar as suas propostas, analisá-las e, depois, decidirmos em função daquilo que consideramos ser o interesse dos trabalhadores e das empresas.

Applausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a **Odeté Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, penso que V. Ex.^a foi muito claro em algumas das suas afirmações, tendo reconhecido que vão caducar brevemente convenções colectivas de trabalho, facto este gravíssimo.

O Sr. Ministro reconheceu ainda que, de facto, este Código do Trabalho não serve, mormente a parte respeitante à contratação colectiva, mas nada quer fazer para impedir a caducidade das convenções (e já me referirei à arbitragem obrigatória mais adiante).

Não penso que tivesse sido a renovação automática das convenções a mãe de todos os vícios e a mãe da paralisação da contratação colectiva; outros factores que não esse determinaram este facto. Quero, porém, dizer, para rectificar algumas questões, que os números que os senhores indicam relativos à contratação colectiva no primeiro trimestre deste ano se referem também, e só, a revisões de tabelas salariais, que não são um contrato colectivo de trabalho, pelo que esses números têm de ser temperados por esta análise. Aliás, o anterior governo nem entendeu sequer que a revisão de uma tabela salarial pudesse impedir a caducidade de uma convenção, de acordo com o artigo 492.º da Lei de Regulamentação do Código do Trabalho.

Lamento que, de facto, não haja, da parte do Governo do Partido Socialista, solução à vista para impedir a caducidade de várias convenções colectivas de trabalho. A verdade é que vão caducar algumas convenções colectivas de trabalho, das quais gostaria de referir as seguintes (e são só algumas): o acordo de empresa da ex-CUF; o acordo de empresa da Companhia das Lezírias; e o contrato colectivo trabalho para os hotéis do Centro e Sul de Lisboa.

Se fizer carreira o despacho do Director-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, que até ignora que o contrato colectivo que diz que vai caducar tem uma cláusula que menciona que o mesmo se mantém em vigor até ser substituído por outro, violando, portanto, esse despacho o que dispõe o próprio Código do Trabalho, caducarão ainda as convenções respeitantes às indústrias eléctricas, à EVA Transportes, SA, à Barraqueiro Transportes, SA, à indústria de tomate, à indústria de lacticínios, à Betcena-Betão Pronto, SA, às empresas de embalagens de vidro, etc. E estes são só alguns exemplos.

Depois, porque com este Código do Trabalho a contratação colectiva se tornou uma selva, tendo até o patronato violado disposições deste diploma, denunciando, ao abrigo do artigo 13.º, convenções que os sindicatos já tinham denunciado para lhes fazer aplicar a caducidade, com o que se quer uma aplicação retroactiva do Código, haverá também, por esta via, muitas outras convenções a caducar, como, por exemplo, as relativas às empresas de fabricação de papel, à empresa de transportes ferroviários, à empresa Transportes Sul do Tejo, à empresa Rodoviária do Tejo, às empresas de transportes de mercadorias, bem como as respeitantes às empresas de cerâmica, de fibrocimento, de publicidade e de comunicação. E há mais!

O que, de facto, aflige é não haver qualquer disposição que repare uma coisa provocada pelo anterior governo e pela anterior maioria — o vazio legal —, deixando partir os trabalhadores em desequilíbrio para a arbitragem obrigatória.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

A Oradora: — Terminei já, Sr. Presidente.

Ao não se criarem mecanismos de forma a ser reposta a igualdade das partes numa balança que está manifestamente desequilibrada contra o trabalhador, quando se chega à arbitragem obrigatória os trabalhadores já foram desistindo de direitos e até, muitas vezes, aceitam negociações para não verem caducar as convenções colectivas de trabalho, porque são acossadas por esse desequilíbrio.

É por isso, Sr. Ministro, que eu esperava mais da sua intervenção. Esperava, de facto, ouvi-lo dizer que havia coisas que rapidamente deveriam ser reparadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem mesmo de concluir.

A Oradora: — Concluo já, Sr. Presidente.

É que, de facto, é possível e necessário, mesmo para haver produtividade e competitividade, que se respeitem os direitos dos trabalhadores e os direitos de cidadania (nisto estamos de acordo, não foi, com certeza, em relação a nós que disse haver divergências), aquilo a que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) chama o trabalho decente, o trabalho com direitos, algo que o Código do Trabalho não garante.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Vasconcelos Caeiro.

A Sr.^a **Teresa Vasconcelos Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, gostaria de colocar três brevíssimas questões prévias.

Em primeiro lugar, Sr. Ministro, devo dizer que, pelo menos pela nossa parte, não há um aspecto que nos divida, ou seja, também entendemos que é possível conciliar o crescimento económico com a defesa

dos direitos individuais e colectivos, pelo que recusamos qualquer ataque nesse sentido.

Ora, os senhores também reconhecem que é necessário evoluir em termos de legislação laboral. Aliás, dizem no vosso programa eleitoral que é preciso encontrar um novo equilíbrio entre a flexibilidade e a segurança entre velhos e novos direitos e deveres, quer dos empregadores quer dos trabalhadores, mas o que os senhores não fazem é dizer como o conseguirão. Aliás, durante o último governo socialista não assistimos a qualquer tipo de alteração ou de busca desses novos equilíbrios, ao contrário do que aconteceu no governo PSD/CDS-PP.

Em segundo lugar, Sr. Ministro, também folgo em saber que V. Ex.^a reconhece que a contratação colectiva esteve bloqueada durante dezenas de anos e que no primeiro trimestre de 2005 houve a maior taxa de contratação colectiva dos últimos oito anos, ao contrário do que disse a Sr.^a Deputada Odete Santos, que agora está tão chocada com o facto de só ter havido alterações nas tabelas salariais.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Não estou nada chocada! É melhor ouvir com mais atenção!

A Oradora: — Foram essas as únicas alterações que existiram durante 25 anos!

Sr. Ministro, os senhores só não dizem como é que conviveram tão serenamente com o imobilismo da contratação colectiva durante tantos e tantos anos.

Em terceiro lugar, Sr. Ministro, recusamos a acusação de que tenha havido, na elaboração do novo Código do Trabalho, quaisquer preconceitos ideológicos...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Que ideia!...

A Oradora: — ... ou de que não tenha havido uma procura de consenso e de diálogo. Tiveram lugar centenas de horas de discussão na Comissão Permanente de Concertação Social, com o Conselho Económico e Social, com vários parceiros sociais, com o Parlamento, sempre numa busca incessante de consenso, que só não foi possível porque, infelizmente, para a esquerda a melhor maneira de mudar era a de não fazer nada, propondo agora que se volte ao sistema anterior.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Ministro deverá concordar que o novo Código do Trabalho foi um instrumento importantíssimo para vencer os desafios da competitividade e da produtividade que afectam a nossa economia. O Sr. Ministro concordará também que sem vencermos esses desafios nunca poderemos ter uma economia saudável. É que a economia saudável não é um fim em si, mas sim a única maneira de melhor podermos distribuir mais riqueza e mais protecção social....

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Ministro reconhecerá igualmente que a antiga legislação laboral era um emaranhado de leis avulsas, desconexas, anacrónica e atávica, cuja rigidez provocava, junto dos elementos mais vulneráveis, muito particularmente dos trabalhadores, situações de grande precariedade. O Sr. Ministro reconhecerá, com certeza, que essa rigidez foi muito penalizadora para os trabalhadores!

Aliás, essa situação de injustiça social penalizava muito particularmente sectores que nunca são abordados pela esquerda, ou seja, os jovens à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração. Para a esquerda trata-se sempre, mas sempre, de proteger quem? Aqueles que já estão lá dentro!

Sr. Ministro, as questões que lhe coloco são três e muito breves.

Quando diz, Sr. Ministro, que o diálogo é o melhor caminho quer para a regulamentação colectiva de trabalho quer para a recuperação da economia, com certeza reconhecerá que o Conselho Económico e Social é um pólo privilegiado para esse diálogo e para o avanço da economia. Ora, os mecanismos já estão previstos — e voltamos à questão...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Oradora: — Terminei já, Sr. Presidente.

Como dizia, os mecanismos estão já previstos — e voltamos à questão da arbitragem obrigatória. Vão os Srs. Membros do Governo empenhar-se no sentido da arbitragem obrigatória, que está prevista na lei, ou vão, tal como é pedido pela extrema-esquerda, voltar ao atávico sistema anterior?

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — Em segundo lugar — e penso que, há pouco, o Sr. Ministro não teve a oportunidade de responder — ...

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, peço-lhe que conclua.

A **Oradora**: — Coloco só uma última questão, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, vão ser respeitadas as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no sentido da arbitragem obrigatória, independentemente da vontade de ambas as partes?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Em que é que ficamos e quais são as medidas de que o Sr. Ministro fala e que nós, até agora, desconhecemos?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, da direita já sabíamos o tempo e o modo. Aliás, tanto em Portugal como no mundo, as direitas são, por opção, pré-contratuais, têm uma hostilidade genética ao contrato social.

De facto, a situação que vivemos hoje, em Portugal, resulta de anos e anos de governos neoliberais, alguns dos quais, infelizmente, pela mão de governos que não se dizem neoliberais. Hoje, exércitos de trabalhadores estão numa situação de enorme precariedade, sem direitos sociais e sujeitos a todo o tipo de arbitrariedades e discricionariedades. Hoje em dia os trabalhadores socialmente protegidos são uma escassa minoria.

Perante esta situação — e penso que o diagnóstico é partilhado pelo Sr. Ministro —, temos de questionar o actual Governo.

Falou o Sr. Ministro de procura de consensos com os parceiros sociais. Pergunto-lhe: quanto tempo falta para esses consensos? Queremos prazos exactos, Sr. Ministro! E em que medida é que o Programa de Governo do PS será cumprido e as medidas urgentes de revogação das normas mais conservadoras do Código de Trabalho serão consagradas? Ou quererá o Governo estender o consenso às associações patronais?

Falou também de um segundo consenso, um consenso da Assembleia da República. Consensos com quem, Sr. Ministro? Consensos com estas direitas, que são claramente pré-contratuais? E que prazos também para esses consensos?

Relativamente à arbitragem obrigatória, de que arbitragem fala, Sr. Ministro? De uma arbitragem administrativa, por solicitação de uma das partes? De que modo pretende essa arbitragem?

Falou ainda da necessidade de se ter em conta a caducidade. Em que circunstâncias é que o Sr. Ministro admite a caducidade da contratação colectiva?

Em relação a estes aspectos, e partilhando nós do diagnóstico, o Sr. Ministro foi vago, foi ambíguo, não referiu prazos. Referiu vontades de consenso, mas não definiu programas mínimos, referiu vontade de partilhar, aqui, na Assembleia da República, novas vagas de discussão, mas não foi concreto no que diz respeito à urgência que a situação exige e dita.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Nós sabemos, Sr. Ministro, que o Governo está em «estado de graça», mas para os trabalhadores e trabalhadoras portugueses não houve um só dia, uma só hora, um só minuto de «estado de graça». Por isso, pensamos ser uma exigência razoável pedir-lhe clareza nas respostas e que, enfim, o Governo diga o que quer fazer.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Sr. **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Arménio Santos, quero crer, com convicção, que o Sr. Deputado, que além de Deputado tem uma longa, brilhante e experiente carreira como sindicalista, acredita sinceramente que o Código do Trabalho visava dinamizar a contratação colectiva. Quero acreditar que sim. Mas, já aquando da discussão do Código do Trabalho, nas suas várias versões, houve muitas vozes, e não só dos partidos da oposição, que alertaram para o facto de que, muito provavelmente, era o contrário que iria acontecer.

Infelizmente, pese embora as melhorias registadas no último trimestre — apesar de, como eu disse, algumas dessas melhorias terem de ser analisadas com cuidado —, é verdade que muitas das convenções

se restringiram, nos últimos meses, a meras actualizações salariais,...

O Sr. **Luís Pais Antunes** (PSD): — Sempre foi assim!...

O **Orador**: — ... em resposta, aliás, a uma tentativa que, na regulamentação do Código do Trabalho, o governo fez para tentar minimizar os impactos negativos do colapso da contratação colectiva. Isso é verdade!

Sr. Deputado, a questão que se coloca é que a ambição não pode ser repor os níveis existentes! E este Código nem essa ambição garante! Decerto, o Sr. Deputado sabe que há hoje sectores que estão em risco, ou que já estarão em situação de vazio do ponto de vista da contratação, de remissão para a dimensão da contratação individual; hoje, há já empresas que preferem estar fora dos instrumentos associativos para que, como não há instrumentos que promovam efectivamente a negociação colectiva, possam não cumprir os acordos que outras partes celebraram e fazerem concorrência desleal. Isso, obviamente, não é bom para a economia portuguesa e, hoje, é até já denunciado por muitas empresas que não partilham dessa visão da concorrência a todo o custo.

Portanto, Sr. Deputado, espero, com sinceridade, que quando as propostas do Governo relativas à revisão do Código do Trabalho forem apresentadas nesta Assembleia tenha a abertura que nós tivemos no debate anterior, quando éramos oposição, mas que, infelizmente, não teve resposta por parte da maioria e do governo de então.

Penso ter deixado bem clara qual a posição do Governo acerca da crise da contratação colectiva, mas vou repeti-la em palavras muito simples: consideramos que essa crise existe, consideramos que ela é grave em muitos sectores da sociedade portuguesa, consideramos que exige uma revisão prévia e urgente de alguns aspectos do Código do Trabalho, iremos propor na concertação social a alteração das normas que têm contribuído para a desertificação da contratação colectiva, procuraremos um acordo — se ele não existir será pior para o diálogo social —, mas não deixaremos, naturalmente, de apresentar na Assembleia da República essas propostas para que possam ser aprovadas, se essa for a vontade da maioria das Sr.^{as} e Srs. Deputados.

No que toca à contratação colectiva, as propostas são muito claras, porque foram muito discutidas na anterior Legislatura, e integram, de facto, a possibilidade da caducidade.

Não diria, Sr.^a Deputada Odete Santos, que foi unicamente o facto de as convenções existentes por vezes se prolongarem sem qualquer alteração, a não ser em matéria de normas salariais, durante anos ou décadas, que contribuiu para a paralisação da contratação colectiva, mas teve um papel relevante. E, infelizmente, hoje, ainda temos acordos colectivos regidos com normas que não estão adequadas às exigências do tempo moderno.

A Sr.^a Deputada fez uma listagem longa de um conjunto de áreas que ficarão, a curto prazo, em situação de carência, do ponto de vista da convenção. Pelos vistos, a Sr.^a Deputada já sabe, previamente, os resultados da negociação que está a decorrer nesses sectores... Eu ainda não sei e tenho esperança que os parceiros sociais não confirmem a sua previsão, apesar de reconhecer que a Sr.^a Deputada é uma fonte particularmente bem colocada para nos poder dar informações sobre essa questão. Espero que isso não aconteça, mas, se acontecer, saberemos desencadear os instrumentos, pois a nossa proposta é precisamente nesse sentido, ou seja, para que a caducidade não conduza ao vazio contratual. Essa é a questão!

No respeito pela Constituição, pelas leis da República e pelas orientações das organizações internacionais, utilizaremos a arbitragem obrigatória não só para servir de elemento de dissuasão a estratégias negociais de caminho para o vazio, como também para responder a situações de vazio que existam — o que, infelizmente, já está a acontecer. Repito: utilizaremos a arbitragem obrigatória para servir de elemento de dissuasão de estratégias negociais que têm existido no passado recente no sentido de caminhar para vazios contratuais, mas também a utilizaremos para garantir níveis de cobertura dos direitos sociais, dos direitos colectivos, daquele que é o objectivo da negociação laboral.

A Sr.^a Deputada Teresa Caeiro fez uma intervenção à qual, peço desculpa, tenho alguma dificuldade em responder, porque afirmou que a proposta de código laboral não era uma proposta de base ideológica. Na sua intervenção, a Sr.^a Deputada pouco mais fez do que tentar arrumar, de uma forma não excessivamente criativa, algumas ideias pouco claras acerca desta questão. Já respondi, de uma forma muito concreta, que não vamos menosprezar a concertação social e utilizaremos a arbitragem obrigatória.

Também lhe digo, de uma forma muito clara: é certo que os jovens à procura do primeiro emprego são um dos sectores mais frágeis do ponto de vista do mercado laboral. Mas a Sr.^a Deputada consegue encontrar no Código do Trabalho alguma norma, algum objectivo, alguma disposição que seja eficaz no combate à precariedade e na promoção do emprego dos jovens que procuram o primeiro emprego? Eu não consigo!

A Sr.^a **Teresa Vasconcelos Caeiro** (CDS-PP): — Então, e a sensibilização?

O **Orador**: — O que vejo é o contrario, nomeadamente a possibilidade de se prolongarem os contratos a

termo!

Aplausos do PS.

De facto, os Srs. Deputados da oposição vêem coisas no Código do Trabalho que não correspondem ao sentimento dos portugueses, face ao actual estádio da legislação laboral.

Boas intenções são sempre desejáveis, mas quando elas não correspondem a concretizações objectivas de legislação que não produziram nada daquilo que os Srs. Deputados afirmaram que iriam produzir...

A Sr.^a **Teresa Vasconcelos Caeiro** (CDS-PP): — Como é que sabe?

O **Orador**: — Gostaria, se me permitissem, de responder muito rapidamente à questão do tempo de avaliação. É certo que o Código do Trabalho tem uma norma relativamente ao prazo da sua alteração. Sr.^{as} e Srs. Deputados, respeitamos imenso essa norma, como respeitamos todas as normas de leis da República, mas respeitamos ainda mais o compromisso que assumimos com os portugueses no sentido de rever o Código do Trabalho naqueles aspectos que comprometem o desenvolvimento de Portugal, o desenvolvimento da economia portuguesa e que ferem os direitos fundamentais dos trabalhadores portugueses! Esse é o nosso compromisso fundamental e é esse que vamos cumprir!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à fase de encerramento deste debate de urgência. Em representação do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Sr. **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate veio comprovar que o tema aqui apresentado é importante e preocupa vastos sectores da sociedade portuguesa, nomeadamente as empresas e as organizações sindicais.

Há, de facto, uma crise na contratação colectiva em Portugal, à qual temos de dar uma resposta eficaz. O Governo tem, perante essa crise, como tive oportunidade de dizer, uma posição política clara: apresentará uma proposta de alteração do Código do Trabalho que se destina a compatibilizar a renovação da contratação colectiva com a defesa de uma cobertura da protecção dos trabalhadores e com a manutenção do valor da negociação e do valor da contratação colectiva, como valores maiores das relações laborais.

Esse é o objectivo do Governo, que vai ser cumprido com a revisão do Código do Trabalho nos aspectos que tenham carácter de urgência. E vai ser cumprido, utilizando os instrumentos ao dispor do Governo, tendo em vista o estímulo à negociação colectiva, sejam eles a arbitragem obrigatória ou os instrumentos de extensão, quando necessários e possíveis.

Temos o nosso tempo para o fazer, tendo em conta o sentido da urgência, e não subordinamos a nossa agenda e o nosso tempo de mudança a qualquer outra agenda.

Iremos respeitar a concertação social, porque ela é fundamental, porque é um passo decisivo para que uma melhor lei possa sair de todo este processo. Mas, volto a repetir, também não deixaremos que o debate em sede da concertação social possa prejudicar o sentido de urgência na resposta a este problema, o sentido de prioridade e o sentido de respeito pelas leis da República e pela Assembleia da República como instância decisiva para a produção de legislação que responda aos interesses do País e dos portugueses.

Esse é o nosso caminho. Fá-lo-emos no nosso tempo, mas com sentido de urgência. Não teremos qualquer receio de afrontar pressões ou posições corporativas. O nosso interesse é o interesse nacional, o da defesa da competitividade das empresas, o da defesa dos interesses individuais e colectivos dos trabalhadores. Sabemos que é possível compatibilizar esses interesses e que é possível fazê-lo no pleno respeito — e isso orgulha-nos particularmente — pelos compromissos eleitorais que assumimos perante os portugueses.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Que não restem dúvidas a ninguém que o Governo vai alterar o Código do Trabalho, que o vai alterar ao serviço dos portugueses e que o fará em diálogo social e com a Assembleia da República. Esse é o nosso compromisso e aqui estaremos para dar conta do seu cumprimento.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social: A urgência deste debate comprovou que há uma crise na contratação colectiva de trabalho, queira ou não a direita reconhecê-lo.

Foram esgrimidas estatísticas, não foi reconhecido o colapso de 2004, nem sequer foram identificados os contingentes de efectivos a que se reportam os instrumentos de regulação que foram depositados este ano e que são diminutos.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Face ao reconhecimento que o Governo aqui fez, entendemos que é uma crítica justificada dizer-se que há um atraso de iniciativa da parte do Governo, particularmente numa área e num dossier que eram bem conhecidos por parte do Partido Socialista.

Com este debate ficamos a saber que vão ser apresentadas propostas à concertação social. Contudo, não ficamos a conhecer os prazos para a não paralisia que aqui foi invocada como obstáculo a que o Governo não cederá. Há um prazo mínimo e um prazo máximo.

O Sr. Ministro do Trabalho falou-nos de um prazo mínimo para alterações «cirúrgicas» em várias matérias do Código do Trabalho, algumas delas constantes da matéria relativa às convenções colectivas. Qual é o prazo da não paralisia? Qual é o espaço do diálogo social? É que a urgência existe na sociedade.

No que respeita a uma revisão mais lata do Código do Trabalho, também ficámos sem saber qual será o prazo do diálogo social.

Nada temos a objectar ao diálogo social, mas temos de obter garantias sobre o que significa a não paralisia, sobre o que significa a Assembleia da República assumir as leis da República que tem de vir a assumir.

Sr. Ministro do Trabalho, a sua intervenção deixou-nos bastantes preocupações. Uma delas tem directamente a ver com o facto de o Partido Socialista, quando na oposição, sempre se ter batido contra a caducidade. Aliás, centrou na caducidade das convenções colectivas o essencial da sua crítica, tendo suscitado, e bem, a consequência de que muitos e muitos trabalhadores ficariam desprovidos de instrumentos de regulação colectiva.

A «bandeira» do Partido Socialista era contra a caducidade, contra o fim dos contratos colectivos de trabalho, contra o vazio contratual. Hoje, aqui, a «bandeira» do Governo do Partido Socialista já não é essa, é a da arbitragem obrigatória e da extensão das PRT.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Não fiquemos por hermenéuticas de intervenções passadas. O que conta é o sentido. Ora, o sentido das intervenções do então Deputado Vieira da Silva e de outros Deputados da bancada do Partido Socialista era bem diverso do que, hoje, aqui é afirmado.

Não é por acaso, não é inocente, não é accidental que os Deputados quer do PSD quer do CDS-PP se tenham agarrado, tal como os naufragos se agarram a uma bóia de salvação, à «bandeira» que hoje, aqui, é levantada pelo Partido Socialista, a da arbitragem obrigatória. Nós ouvimos a «ladainha»!

O Sr. Ministro sabe bem — e sabe como poucos, porque é um especialista em Direito do Trabalho — que a própria OIT não recomenda o método da arbitragem e muito menos o da arbitragem obrigatória, porque, no limite, esse método é discricionário e levará a que seja por via administrativa, por via política, por via governamental, que se decida o que são os termos contratuais, ou seja, como muito bem diziam os Srs. Deputados do Partido Socialista, violando, no limite, a autonomia e a capacidade da negociação contratual.

Portanto, Sr. Ministro, com o que podemos contar — e esperemos que o Partido Socialista e o Governo arrepiem caminho! — é com um mecanismo discricionário deixado à boa vontade do Governo actual e de qualquer outro que possa vir a suceder-lhe. Ora, esse não é o caminho da revitalização da contracção colectiva e de uma moderna legislação do trabalho. Não era esse o caminho que o Partido Socialista reclamava quando estava na oposição.

Essa difícil vereda, que o Sr. Ministro identificou, entre o imobilismo e a modernidade, queremos crer que é realmente um caminho inexistente, se não se fundar nas melhores tradições democráticas, nas melhores tradições da livre negociação social.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Não sei por que é que, à partida, tem de existir um cutelo em cima dos sindicatos e da sua capacidade de livre negociação. Já estamos mesmo a ver que, em geral, as entidades empresariais vão recorrer à arbitragem obrigatória. Assim, em vez de negociação colectiva, o que vamos ter é um calvário de arbitragens obrigatórias. Sr. Ministro, não queremos que esse seja o caminho.

Cá estaremos para debater. Esperemos que não haja tempo perdido e adiamento de questões que são urgentes.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Por parte do Bloco de Esquerda, assumiremos as nossas responsabilidades, apresentaremos propostas, quer no domínio da contratação colectiva — e já o fizemos aqui — quer no da revogação de um conjunto de dispositivos bastante gravosos do Código do Trabalho.

Entendemos que é absolutamente necessário, urgente e inadiável proceder dessa forma, exactamente para fazer recuperar a esperança em muitos trabalhadores e trabalhadoras, em muitos jovens, de que não vão continuar a ser sacrificados por contratos individuais de trabalho, por situações em que não têm tratamento mais favorável e por situações em que podem estar até seis anos com contratos a prazo. É esse o conceito da direita quanto a estabilidade de emprego: contratos a prazo durante seis anos.

Nós não queremos um País a prazo, não queremos trabalhadores a prazo...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... e não queremos contratação colectiva a prazo.

Applausos do BE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dou por concluído este debate de urgência sobre a situação da contratação colectiva, efectuado ao abrigo do direito potestativo do Bloco de Esquerda.

A próxima sessão plenária terá lugar amanhã, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: período de antes da ordem do dia, a que se seguirá o período da ordem do dia, que constará da apreciação dos projectos de resolução n.ºs 3/X (PCP) e 6/X (Os Verdes), havendo ainda lugar ao período regimental para votações.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
Luís Manuel Carvalho Carito
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto
Jorge José Varanda Pereira
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
Nuno Albuquerque Morais Sarmento

Partido Popular (CDS-PP):

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

Maria Jesuína Carrilho Bernardo

Partido Social Democrata (PSD):

Carlos Alberto Silva Gonçalves
Melchior Ribeiro Pereira Moreira

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes

Partido Popular (CDS-PP):

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
João Barroso Soares
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Luís Garcia Braga da Cruz

Partido Social Democrata (PSD):

Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
José Manuel Pereira da Costa
Manuel Joaquim Dias Loureiro

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL